



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JANINHA FÁTIMA DA COSTA SOUZA

**ESTUDO SOBRE O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES RS COM ENFOQUE NA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL.**

FLORIANÓPOLIS
2015

JANINHA FÁTIMA DA COSTA SOUZA

**ESTUDO SOBRE O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES RS COM ENFOQUE NA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL.**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do Grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Irineu Afonso Frey, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2015

JANINHA FÁTIMA DA COSTA SOUZA

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Prof. MARCELO H. DUTRA, Dr.
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof. Irineu Afonso Frey, Dr.
Presidente (Orientador)

Prof. Maria Denize Henrique Casagrande, Dr.^a
Membro

Prof. Sérgio Murilo Petri, Dr.
Membro

Florianópolis, 10 de dezembro de 2015.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente em
minha formação acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus fornecedor da vida, obrigada pela sabedoria, persistência e por tudo que me foi permitido, servindo muitas vezes de refúgio e mostrando-me a cada dia que vale a pena lutar. E especialmente agradeço por permitir que pudesse hoje, estar entre os célebres formandos do curso de Ciências Contábeis.

A minha família pela compreensão na minha ausência do lar, para dedicação aos estudos, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Agradeço a Universidade Aberta do Brasil (UAB), pois através do EAD UFSC consegui retornar aos estudos após 10 anos, realizando meu sonho de formação acadêmica.

Agradeço a Prefeitura Municipal de Campos Borges e aos membros do CI pela colaboração durante a realização deste trabalho de pesquisa.

Ao meu orientador Irineu Afonso Frey, pela ajuda, compreensão e sugestões para que chegássemos à conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho e amigos que foram sempre meus principais incentivadores. Veio também de vocês a força e o equilíbrio para mostrar que um dia esta minha conquista seria possível.

A minha colega da turma de Ciências Contábeis Marinez Franciosi Dahmer pelas caronas e incentivo quando pensava em desistir.

Em fim, a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste ideal, agradeço afetuosamente.

"Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas sonhar; mas também agir, não apenas planejar, mas também acreditar".

(Autor desconhecido)

RESUMO

SOUZA, Janinha Fátima da Costa. **Estudo sobre o controle interno na administração pública do município de Campos Borges RS com enfoque na lei de responsabilidade fiscal**. 79 p. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo busca identificar quais os procedimentos realizados pelo Sistema de Controle Interno do Município de Campos Borges e se estes procedimentos estão atendendo as demandas legais. Como metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho, foi adotada a pesquisa documental. Desta forma, foram analisados documentos e leis Municipais que se referem à criação e estruturação do Controle Interno municipal desde o ano de 2004 até o primeiro semestre do ano de 2015. Com isto buscou-se identificar como foi estruturada a Central de Sistema de Controle Interno do Município. Optou-se ainda por aplicar questionário com os membros do Controle Interno para conhecer quais os procedimentos de trabalho adotados. Tendo como resultado a visualização da grande dificuldade no trabalho do Controle Interno no município. As dificuldades estão associadas principalmente à falta de experiência dos membros que estão em atuação e a falta de planejamento na forma de desenvolvimento dos trabalhos. Entre os principais aspectos observados pode-se resumir: existe plano de trabalho, mas não é cumprido seu roteiro, não são realizadas auditorias internas programadas e não são elaborados relatórios de auditoria, não há acompanhamento efetivo da gestão financeira. A Controladoria atende as solicitações encaminhadas pelo TCE/RS e diariamente fiscaliza atividades rotineiras da administração, buscam identificar pequenas falhas, emitindo pareceres, relatórios e recomendações sobre assuntos pouco relevantes deixando de fiscalizar o que de fato é necessário. Com base nos resultados obtidos, pôde-se concluir que os procedimentos realizados pelo Controle Interno do município de Campos Borges não estão atendendo as demandas legais e seus verdadeiros objetivos.

Palavras Chave: Controle Interno - responsabilidade fiscal – instituição municipal

LISTA DE ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
LRF	Lei Responsabilidade Fiscal
CI	Controle Interno
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
CE	Constituição Estadual
LO	Lei Orgânica
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
UCCI	Unidade Central de Controle Interno

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
1.1	Tema e Problema	10
1.2	Objetivos	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	Justificativa	11
1.4	Metodologia	13
1.4.1	Enquadramento da Pesquisa	13
1.4.2	Instrumentos e procedimento metodológico	14
1.5	Delimitação da Pesquisa	15
1.6	Organização da Pesquisa	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	Administração Pública: Conceitos Gerais e a Importância do Planejamento	17
2.2	Controle interno e externo na administração pública	21
2.3	Estruturação do Controle Interno no âmbito municipal	24
2.4	O Controle Interno e a Lei de Responsabilidade Fiscal	28
2.5	Pesquisas similares ou correlatas	32
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
3.1	Caracterização do Município de Campos Borges RS.....	34
3.2	Controle interno municipal de Campos Borges: procedimentos e atendimento das demandas legais.....	37
3.2.1	Controle Interno existente: Leis municipais	37
3.2.2	Demandas legais	44
3.3	Estrutura do controle interno	45
3.4	Atendimento das demandas legais pelo controle interno.....	49
3.5	Análises dos resultados	56
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	57
4.1	Quanto ao Problema da pesquisa.....	57
4.2	Quanto aos Objetivos da pesquisa.....	58
4.3	Limitações	59
4.4	Recomendações para futuras pesquisas	60
	REFERENCIAS.....	61
APÊNDICE	65
ANEXOS	68

1 INTRODUÇÃO

Todos os governos, seja Municipal, Estadual ou Federal, têm grandes desafios a serem enfrentados: apresentar desempenhos frente toda a sociedade, ajustar contas públicas, garantir o desenvolvimento social, entre tantos outros. Para entender melhor todos os desafios enfrentados pelas administrações públicas é necessário conhecimento sobre a funcionalidade e responsabilidade de cada setor.

Para auxiliar no desenvolvimento das ações governamentais e cumprimento da legislação, o Controle Interno tem sido fundamental nas administrações públicas. O Controle Interno tem como principal responsabilidade verificar o trabalho realizado por cada setor, apontando falhas no cumprimento da legislação que baliza o trabalho administrativo (CAVALHEIRO E FLORES, 2007). Além disto, um Sistema Interno bem organizado pode tornar os serviços públicos mais transparentes com ações voltadas para atender o princípio da eficiência.

Assim, o papel do controle surge como forma de auxílio para que os objetivos da administração pública sejam cumpridos com transparência na aplicação dos recursos, detectando e prevenindo as irregularidades. O Controle Interno deve ser instituído em todas as esferas de governo, principalmente na atuação municipal. Isto porque de acordo com o art. 30 da Constituição Federal de 1988(CF/88) o Controle Interno deve “legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação Federal e a Estadual no que couber; manter cooperação técnica e financeira da União e do Estado”.

Na administração pública municipal, o Controle Interno torna-se responsável para fazer com que os gestores cumpram as leis e as normas políticas vigentes, e administrem com transparência. Para haver melhoria na sociedade, os cidadãos precisam estar a par dos acontecimentos municipais para mais adiante poder cobrar os resultados almejados.

Outro ponto interessante é conhecer e entender a Lei da Responsabilidade Fiscal, seu surgimento e verdadeiro significado, assim será possível analisar se a administração pública do seu município está agindo de acordo com as normas vigentes. A Lei Complementar 101/2000 ficou conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que de acordo com Vasconcelos (2010, p. 7),

quando lançada, tinha como principal objetivo “diminuir o déficit fiscal e o endividamento público dos entes federados brasileiros”. A promulgação desta Lei buscou segundo o autor “criar, ou consolidar, uma cultura de responsabilidade fiscal, de forma a reduzir, no médio e longo prazo, o nível de endividamento dos entes federados” (2010, p. 7).

O que se busca com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a implantação de Sistema de Controle Interno nos municípios é justamente um controle mais efetivo e transparente sobre a aplicação dos recursos públicos. Neste trabalho, foram buscados alguns conceitos sobre o controle na administração pública municipal e na prática como vem sendo desenvolvido o trabalho do Controle Interno no município de Campos Borges/RS.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O controle sobre as finanças públicas e o trabalho para o desenvolvimento de um planejamento da gestão fiscal são importantes para que a administração pública seja justa e transparente. Estas questões passaram a ser regradas pela Lei Complementar 101/2000. Dessa forma, pode-se dizer que Lei de Responsabilidade Fiscal, visa manter o equilíbrio financeiro das finanças públicas, conforme explica Kalife (2004, p. 18):

O intuito da Lei de Responsabilidade Fiscal é a gestão fiscal responsável, que deverá ocorrer mediante cuidadoso planejamento, cuja execução busque o equilíbrio das contas públicas, a prevenção de riscos, a correção de desvios verificados em sua execução, o cumprimento de metas propostas e, principalmente, a transparência de todos os atos da Administração Pública.

Cada novo exercício fiscal necessita de planejamento sobre as formas de aplicação dos recursos com o objetivo de desenvolver ações administrativas que respeitem todas as regras de execução fiscal. Estudar sobre a responsabilidade fiscal das administrações públicas, assim como verificar as funções do Controle Interno a nível local, podem nos levar a entender melhor a gestão pública nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Assim, definiu-se como tema central deste trabalho de pesquisa o estudo sobre o Controle Interno na administração pública do município de Campos Borges

RS com enfoque no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme o exposto tem-se o seguinte problema:

Qual a situação dos controles internos na Prefeitura Municipal de Campos Borges em relação às demandas legais?

1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos necessários para a elaboração do trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Verificar se os procedimentos do Controle Interno desenvolvidos na Prefeitura Municipal de Campos Borges atendem as demandas legais.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de alcançar os objetivos gerais, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os controles internos existentes;
- Apresentar as demandas legais;
- Comparar o Controle Interno existente com as demandas legais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela importância de conhecer o significado do Controle Interno e sua forma de atuação, especialmente para os municípios. A atuação do Controle Interno tem se tornado fundamental para a sociedade como um todo, e também para auxiliar os gestores das administrações públicas. A administração pública é algo em constante evolução e os administradores precisam estar atentos para as novas formas de pensar e agir em um mundo em evolução.

Assim, o Controle Interno, passa a ser um dos princípios básicos de qualquer administração pública. Diante disto, é importante pesquisar sobre conceitos, planejamento, importância e limitações deste instrumento da organização pública.

Para compreender melhor o que significa o Controle Interno é importante trazer as contribuições de Flores (2007, p.10) onde afirma que: “O Controle Interno é um instrumento mais eficaz, dentre outros, no combate à corrupção, evidenciando sua importância para o administrador, para a administração pública e para o interesse da sociedade”.

Conforme o autor, o Controle Interno, para os gestores e para a sociedade, pode ser ferramenta de auxílio nas mais variadas situações. Em especial buscando maior transparência das administrações, menor corrupção e sugerindo caminhos para gerir melhor o “dinheiro público”. Tendo em vista as crescentes exigências sociais, a gama de serviços públicos postos à disposição do cidadão pelo estado e as regras cada vez mais detalhadas e rigorosas sobre a aplicação de recursos públicos, se torna cada vez mais necessário a atuação do controle interno (FLORES, 2007).

Mesmo com tantas normas e regras nas administrações públicas, são comuns os noticiários sobre os inúmeros casos de corrupções e improbidades administrativas. Isto acaba conduzindo o legislador a criar mecanismos de máxima proteção ao patrimônio público. Estas questões nos instigam ainda mais a estudar sobre o Controle Interno e sua forma de atuação, já que nos últimos anos no Brasil, surgiram novas leis, novos sistemas de transparência sobre aplicação dos recursos, novas regras. Surgiu também Sistema de Controle Interno e Externo em todas as administrações públicas e ainda assim os casos de desvios de dinheiro público são inúmeros.

Este estudo, além de abordar questões ligadas ao controle aborda considerações em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000). Esta Lei estabelece normas para as finanças públicas buscando maior responsabilidade na gestão fiscal. Os dois assuntos escolhidos para a elaboração da presente pesquisa são oportunos e talvez possam ser vistas como as questões mais importantes para a eficiência das administrações públicas.

A partir do estudo realizado sobre as questões que envolvem a atuação do Controle Interno, e a gestão fiscal, este trabalho torna-se, para aquelas pessoas que

dele tomarem conhecimento, um referencial interessante para a compreensão de alguns conceitos relacionados à administração pública. É válido enfatizar, ainda que pesquisar como são administradas as finanças públicas, além de trazer uma gama de conhecimentos em torno do assunto, ainda é possível esclarecer muitos aspectos formais e legais que envolvem o poder público no Município.

A instituição escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa foi a Prefeitura Municipal de Campos Borges/RS. A pesquisadora faz parte do quadro de funcionários do município em questão e busca adquirir conhecimentos mais específicos sobre a gestão financeira e atuação do Controle Interno no município em estudo. A partir dos resultados obtidos a Administração Municipal poderá verificar os pontos fracos tanto na forma de estruturação como de atuação da controladoria municipal, assim como poderá permitir aos membros do Controle Interno uma autoavaliação sobre como vem sendo desenvolvido seu trabalho no município.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho é considerado como pesquisa aplicada, pois se caracteriza como um estudo sistemático sobre Controle Interno sendo motivado pela curiosidade intelectual em saber qual o seu papel, bem como observar a sua importância na instituição municipal.

1.4.1 Enquadramento da pesquisa

Esta pesquisa pode ser considerada do tipo documental, pois, pretende-se analisar as leis que envolvem a criação, as normas, os regulamentos que determinam a estruturação e obrigações dos Controles Internos no âmbito da administração pública. Com relação ao objeto da pesquisa e as considerações feitas, esta pesquisa se enquadra em abordagem descritiva e exploratória apropriada para a investigação de um sistema dentro de seu contexto atual.

Diante de tais considerações, ressalta-se a importância da construção deste trabalho de pesquisa, que tem como objetivo principal levantar algumas questões

teóricas e práticas sobre administração pública, e em especial sobre o papel do Controle Interno municipal da prefeitura de Campos Borges RS.

Toda a pesquisa deve ter metodologias definidas com orientação dos procedimentos e de etapas a serem cumpridas dentro do processo de construção do trabalho. Na concepção de Gil (1999, p. 42) “a pesquisa, trata-se de um o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”.

Assim, esta pesquisa está baseada no método de pesquisa documental, com o objetivo mais de entender a estruturação do Sistema de Controle Interno e estudar sua forma de atuação dentro da realidade do Município de Campos Borges/RS.

Na visão de Gil (1999, p. 66) o desenvolvimento da pesquisa documental:

[...] segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, de que algumas formas já foram analisadas, tais como: relatórios de pesquisa e legislação.

Como o objetivo central da pesquisa é verificar se os procedimentos do Controle Interno realizados na Prefeitura Municipal de Campos Borges atendem as demandas legais. Assim, foi necessária a realização de uma pesquisa documental e aplicação de questionário com a finalidade de verificar como o Controle Interno do Município foi estruturado e quais as leis que o normatizaram até chegar ao formato atual.

1.4.2 Instrumentos e procedimento metodológico

O trabalho segue algumas etapas, e os instrumentos para a realização destas etapas foi de modo especial à análise documental objetivando extrair informações a cerca do tema central da pesquisa. Para tanto primeiramente foram selecionados os documentos, organizados e examinados. Posteriormente foram extraídas as informações e elaborados sínteses para a organização do trabalho.

Além de apresentar a pesquisa documental buscou-se ainda, caracterizar o ambiente onde está inserido o setor estudado, neste caso a administração pública do município de Campos Borges RS, com ênfase ao setor de Controle Interno. Ainda

foram acrescentadas informações sobre o sistema, coordenação, gestão pública, bem como demais informações sobre a organização.

Para uma maior compreensão sobre a formação, estruturação e a forma de atuação do Controle Interno do município de Campos Borges, optou-se também pela aplicação de questionário com os membros que compõem o Controle Interno do município. Neste questionário priorizaram-se dois aspectos principais, quais sejam: forma de estruturação do Controle Interno e formas de atuação do mesmo no município de Campos Borges/RS.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa está limitada na verificação da forma de estruturação, e atuação do Controle Interno no município de Campos Borges/RS buscando identificar se os procedimentos desenvolvidos atendem as demandas legais.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de organizar o trabalho para obter-se um melhor entendimento sobre o estudo proposto, esta pesquisa foi distribuída em 04 capítulos.

No primeiro capítulo apresenta-se o projeto com uma breve contextualização e a problemática bem como o objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa para a elaboração da presente pesquisa.

No segundo capítulo foram abordados alguns conceitos referentes ao Controle Interno e Externo, Municipal e Federal, assim como as exigências impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para o atendimento das demandas legais.

O terceiro capítulo traz um breve histórico do município de Campos Borges, também a forma de estruturação e atuação do Controle Interno municipal, buscando identificar como o Controle Interno atua para o atendimento das demandas legais em especial para o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

E finalmente o quarto capítulo contém as considerações finais e as recomendações para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a caracterização do controle na administração pública, o surgimento dos sistemas de controladoria, sua importância, formas de planejamento, conceitos sobre administração pública, legislação aplicada e estruturação do Sistema de Controle Interno municipal.

2.1 Administração Pública: conceitos gerais e a importância do planejamento

Na pesquisa sobre o que é a administração pública e as inúmeras atividades que são desenvolvidas pelos órgãos públicos, encontram-se várias conceituações e definições, neste sentido, é importante trazer as contribuições de Medauar (2003, p.47) onde o autor explica que a administração pública é:

[...] um conjunto de atividades do Estado que auxiliam as instituições políticas de cúpula no exercício de funções do governo, que organizam a realização das finalidades públicas postas por tais instituições e que produzem serviços, bens e utilidades para a população, como por exemplo: ensino público, calçamento de ruas, coleta de lixo.

Na opinião de Meirelles (2002) administração pública tem um sentido formal, ela representa um conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo. Em sentido material é um conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral, enquanto que na acepção operacional, desempenha legalmente e tecnicamente os serviços do Estado ou por ele assumidos, tudo isso realizado em benefício do interesse da coletividade.

Para Di Pietro (2002, p. 54) a expressão administração pública é vista:

Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, ela designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções

em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa. Em sentido objetivo, material ou funcional, ela designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes; nesse sentido, a administração pública é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente ao Poder Executivo.

Outra contribuição interessante sobre a definição do complexo conceito de administração pública é trazida por Cretella (1966) o mesmo define que a administração pública trata-se de um complexo de órgãos que são confiados diversas funções administrativas. Estas funções ficam submetidas aos agentes políticos que devem administrar as necessidades coletivas de modo direto e imediato.

Desta forma, a administração pública, resumidamente, poderia ser definida como um conjunto de órgãos que trabalha na busca de prestação de bens e serviços à população. Entretanto, torna-se difícil um conceito específico devido à complexidade das múltiplas funções que envolvem a administração pública (MEDAUAR, 2003).

Existem muitas regras que norteiam a administração pública, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, traz muito bem definido em seu texto os princípios da administração pública:

A Administração Pública, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), seja direta ou indireta, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Mais recentemente, incorporou-se ao texto constitucional, através da Emenda Constitucional nº 19/98, o princípio da eficiência (BRASIL, 1988).

Além dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade regrados pela Emenda Constitucional de 1988, os administradores públicos também devem seguir os princípios da publicidade e eficiência. A tabela 1 esclarece o significado de cada princípio.

Tabela 1 – Princípios da administração pública

Princípio	Descrição
Legalidade	O Princípio da legalidade é um instrumento constitucional de proteção individual no Estado Democrático de Direito. Significa que todo e qualquer atividades administrativa deve ser autorizada por lei, se não for, é considerada atividade ilícita.

Impessoalidade	Trata-se da finalidade pública que deve nortear toda atividade administrativa. Ou seja, qualquer Administração não pode atuar com vistas a lesar ou favorecer determinadas pessoas o que deve prevalecer é o interesse público.
Moralidade	O administrador público deve seguir preceito ético que deve fazer parte de sua conduta.
Publicidade	Significa que qualquer ato da administração deverá ser transparente e receber ampla divulgação.
Eficiência	Produtividade e economicidade redução de desperdícios de verba pública, prestação de serviço com perfeição e rendimento funcional.

Adaptado de Filho (2012)

Todos estes princípios exigem também do administrador uma conduta legal, impessoal, moral e eficiente, para tanto, o planejamento administrativo poder ser um importante aliado no complexo mundo da gestão pública.

Com as constantes mudanças e evoluções do mundo de hoje, cria-se um novo método de organização e controle das operações. Cria-se o ato de planejar, de coordenar as atividades de acordo com um condicionamento para melhor se aproveitar os recursos existentes e traçar planos de como realizar as atividades do cotidiano (BETHLEM 2002). Segundo Bethlem (2002. p, 103) “o planejamento é o ato ou efeito de planejar, sendo o trabalho de preparação para qualquer empreendimento seguindo roteiros e métodos, o qual a elaboração é por etapas com bases técnicas”.

Costa e Almeida (2005, p. 76) visualizam o planejamento no setor público como forma de eficiência administrativa, “[...] o setor público não utilizando o planejamento estratégico, desperdiça a oportunidade de usar uma excelente ferramenta de gestão, deixando de aproveitar oportunidades de melhorar sua eficiência e principalmente, sua eficácia”.

Nesse sentido, Costa e Almeida (2005), fixam o planejamento estratégico como um modelo de gestão aliado à missão do serviço público, que deve ser aplicado de forma correta com eficiência e eficácia.

Segundo a concepção de Gaj (1995, p. 162), a estratégia na administração pública se resume a seis elementos:

- 1) Postura de mudança – mudança baseada na adequação as reformas administrativas;
- 2) Enfoque social – o homem público;
- 3) Revisão das finalidades dos órgãos e das administrações públicas;
- 4) Eficácia do sistema como exigência da população;
- 5) Desenvolvimento organizacional – aumentar percepção e capacitação e reduzir resistências;
- 6) Administração de conflitos.

Enquanto Corrallo (2004 p. 29-30) enfoca que os esforços humanos em prol do planejamento aderem de tempos imemoriais, em vista do grande desafio de gerenciar a escassez, sempre estiveram e sempre estarão lado a lado, já que o primeiro visa a otimizar ao máximo os limitados recursos disponíveis.

Os gestores públicos, responsáveis pela condução compartilhada dos interesses da sociedade, o desafio não é menor, ao contrário, se agrava e assume novas proporções que requerem um altíssimo e irretorquível compromisso com a coisa pública e os interesses coletivos, além de uma forte liderança democrática e não centralizadora, reconhecida em todos os segmentos sociais bem como a necessária capacitação para a tomada de decisões nos mais diversos assuntos.

O administrador público encontra-se em um grave dilema, quanto à questão da limitação dos recursos públicos. Existem atualmente necessidades crescentes e ilimitadas da população, o que leva aos debates atuais, quanto à questão do custo dos direitos. Os direitos longe de serem absolutos são relativos, dependem de condições principalmente orçamentárias para ser realizado pelo poder público municipal para a população que tanto deseja o resultado imediato (CORRALLO, 2004).

Dessa forma, pode-se dizer que para uma boa gestão pública é necessário um planejamento voltado para o interesse social e o cumprimento das normas legais. Isto reflete-se especialmente na gestão fiscal que é a mola central de todo o processo administrativo. O planejamento em uma organização pública, assim, é fundamental, e deve ter um olhar muito voltado para a gestão financeira.

Além do planejamento nas organizações públicas, o controle também é fundamental para uma boa gestão financeira e para que ela aconteça de forma clara, transparente com aplicação correta dos recursos. Assim, surgem os controles externos e internos com o objetivo de auxiliar os gestores públicos.

Estas questões farão parte da próxima etapa deste trabalho que traz algumas considerações sobre o Controle Externo e Controle Interno nas administrações públicas.

2.2 Controle Interno e Externo na administração pública

A questão de controle sobre a situação financeira das gestões públicas foi implantada pela constituição Federal de 1967, art. 71 (BRASIL, 1967):

- I - criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo e regularidade a realização da receita e da despesa;
- II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento; e,
- III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, 1969, trouxe inovações no processo de fiscalização financeira e orçamentária, instituindo, desde então, o sistema de controle externo. Este controle fica a cargo do Congresso Nacional, com o auxílio da Corte de Contas. Já o sistema de Controle Interno, exercido pelo Poder Executivo é destinado a criar condições para um controle externo eficaz (CANHA, 2004).

No que se refere ao controle externo, no âmbito da União, este será exercido pelo Congresso Nacional, formado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Pelo princípio da simetria, na esfera estadual, o exercício do controle externo será da competência da Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Já no âmbito municipal, de acordo com o art. 31 da Constituição Federal, ele será exercido pelo Poder Legislativo, ou seja, pela Câmara Municipal, sendo auxiliado pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município onde houver Tribunal de Contas Municipal, os art. 16 e 70 da Constituição Federal de 1967, trazem:

[...]

Art. 16. A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituído por lei. [...]

Art. 70. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei. (Brasil, 1967).

[...]

Além do controle externo nas administrações públicas foi também implantado o Controle Interno, este se relaciona com o controle externo em sentido de cooperação, não apresentando estrutura definida pela norma jurídica, devendo ser instituído por lei conforme art. 16 da Constituição Federal de 1967.

Para deixar mais claro o significado de Controle Externo e Controle Interno é interessante trazer as contribuições de Cavalheiro e Flores (2007, p. 16-17):

O **controle externo** é aquele exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme preconizam os arts. 31 e 71 da Constituição Federal – CF. O controle externo tem como principal finalidade verificar a probidade da Administração, a guarda, a administração e o emprego legal do Erário e o cumprimento da Lei Orçamentária.

O **controle interno municipal** é aquele exercido pelos Poderes Executivo e Legislativo, em razão dos mandamentos contidos nos arts. 31, 70, 71 e 74 da Constituição Federal – CF. Assim, qualquer controle efetivado pelo Executivo sobre seus serviços ou agentes é considerado interno, como interno será também o controle do Legislativo sobre seu pessoal e atos administrativos praticados.

A Constituição de 1988, também legisla de forma mais clara sobre as questões de Controle Interno. O texto constitucional de 1988 dispõe que caberá aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterem, de forma integrada, o Sistema de Controle Interno, arrolando as finalidades desse sistema, conforme Brasil (1988).

[...]

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos

órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 [...]

Conforme regrado no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o Controle Interno nas administrações públicas devem trabalhar desenvolvendo diversas finalidades de controle. Estas visam o cumprimento de metas para verificar a legalidade e avaliar os resultados obtidos pelas gestões públicas quanto à gestão orçamentária, execução financeira e patrimonial. Neste sentido, Soares (2012, p. 15) contribui afirmando que “em se tratando de Administração Pública, o controle corresponde à faculdade de vigilância, orientação e correção sobre a conduta funcional do poder público”.

De acordo com Cavalheiro e Flores (2007) pode-se, definir o sistema de Controle Interno somando-se os conceitos de “sistema” e de “controle interno”. Podendo ser visto, portanto, como mecanismo de autocontrole da própria administração, pelas pessoas que compõem Unidades Administrativas coordenadas por um órgão central organizado por lei local.

A atuação do sistema de Controle Interno consiste, em sua essência, na fiscalização que realizam mutuamente as unidades administrativas. Estas funções devem encontrar-se organizadas de tal forma que um processo, uma decisão ou uma tarefa não possa ser tomada por um setor sem que o outro revise, desde que sem entraves ao processo.

Cavalheiro e Flores (2007), trazem contribuições importantes sobre o sistema de Controle Interno e sua responsabilidade na administração pública, especialmente para prestar informações corretas aos gestores. Os autores falam sobre a importância da informação para os administradores públicos e a importância das pessoas com conhecimento que possam levar estas informações até o administrador. Esta seria talvez a principal função do Controle Interno.

As informações na Administração Pública são distorcidas e insuficientes; impõe que seja aperfeiçoada a idéia de desenvolver novas ferramentas de controle interno que permitam levantar indicadores gerenciais principalmente no que diz respeito às atividades que prestam serviços diretamente ao cidadão. CAVALHEIRO E FLORES (2007, p. 21).

Isto significa que o Controle Interno deve estar preparado, não somente para fiscalizar atos da administração pública, depois de já executados, mas sim, contribuir para que as ações desenvolvidas atendam as necessidades dos cidadãos, com clareza, igualdade e transparência.

Cavalheiro e Flores (2007 p. 27) em seu trabalho chegaram a três conceitos que devem estar relacionado às informações:

dados: fatos ou suas representações (imagens, sons, números, etc.) que podem ou não ser úteis ou pertinentes para uma atividade.

Informação: dados reunidos, articulados e trabalhados cuja forma e conteúdo são apropriados para um uso (determinado).

conhecimento: combinação de idéias, conjunto de informações, regras, procedimentos e instintos que guiam ações e decisões.

Ainda se trabalha com “dados”, sendo que as “informações” atualmente já estão sendo desenvolvidos pelos mais diversos órgãos públicos. Na realidade, pouco se tinha de informação a respeito das finanças públicas, estadual e municipal. Para mostrar ao gestor os caminhos que ele pode ou não seguir, para orientá-lo a tomar melhor as decisões, mediante um conjunto de informações razoáveis, tem-se um grande desafio: chegar à etapa do conhecimento.

Os autores usaram estes conceitos para explicar a importância do conhecimento por parte do Controle Interno nas gestões públicas. O sistema de Controle Interno no município e sua forma de atuação são bastante complexos, o mesmo deve atuar antes, durante e depois dos atos administrativos.

O sistema de Controle Interno deve acompanhar a realização do planejamento e sua execução, buscar a legitimidade frente aos princípios constitucionais, verificar a adequação às melhores práticas de gestão e garantir que os dados contábeis sejam legítimos (LIMA, 2012).

Sobre estas questões Meirelles (1990) coloca que o sistema de Controle Interno municipal deve atuar como uma ferramenta de “orientação e correção” da conduta funcional do poder executivo. A finalidade maior é verificar se os recursos estão sendo aplicados dentro dos princípios da moralidade e eficiência.

2.3 Estruturação do Controle Interno no âmbito municipal

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a criação do Controle Interno no âmbito municipal fazendo referência ao sistema de Controle Interno,

que deve ser institucionalizado, mediante lei própria de cada Município. Isto significa que cabe ao executivo municipal definir a melhor forma de estruturação do Controle Interno para tender as necessidades de controle e fiscalização de cada instituição.

Para criar a lei e normatizar o trabalho do Controle Interno na gestão municipal é necessário o entendimento sobre a real função de um sistema de Controle Interno. Sobre isto Silva *et al.* (2005, p. 36), explicam que o sistema de Controle Interno pode ser entendido como:

O conjunto complexo e organizado de regras e normas de unidades, princípios, métodos, procedimentos e equipamentos, coordenados entre si, que busque o fim precípua de realizar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas de governo, bem assim de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos órgãos e entidades da administração pública.

A criação e estruturação do Sistema de Controle Interno (SCI) municipal não deve ser visto como o cumprimento de uma exigência legal mas sim como um instrumento de suporte para os gestores públicos (SOARES, 2012). Sobre esta ótica, pressupõe-se que o sistema de Controle Interno no município deve ser efetivo exercido por servidores de provimento também efetivo e com atribuições única e exclusivamente de Controle Interno.

De acordo com Soares (2012, p. 47):

O sistema de Controle Interno municipal deve ser instituído por lei, componha a estrutura organizacional do Executivo Municipal, disponha de uma estrutura adequada, de acordo com o porte e a complexidade das atividades desenvolvidas pela administração municipal, e mantenha um quadro de profissionais qualificados e comprometidos com o efetivo exercício das suas atribuições. Além disso, a estrutura desse sistema, bem como as suas competências, deve ser regulamentada através de decreto, com vistas a garantir uma correta gestão da administração pública.

Além de estruturar o SCI, outro aspecto importante é levar ao conhecimento dos demais servidores sobre a importância do Controle Interno e suas responsabilidades de atuação. Para que aja uma sintonia nos trabalhos

administrativos estas questões são fundamentais, garantido o bom êxito das atividades do Controle Interno nas prefeituras (SOARES, 2012).

Outro aspecto importante é a observação de que não basta apenas estruturar o Controle Interno nos municípios, é necessário que os membros que o compõem sejam pessoas qualificadas e detentoras de conhecimento sobre sua função e responsabilidade. Neste sentido, podem-se definir dois pontos fundamentais para a eficiência do Controle Interno nas administrações municipais: o planejamento a qualificação que gera conhecimento.

O **planejamento** sobre as ações a serem desenvolvidas pelo Controle Interno nas administrações públicas municipais é fundamental, tanto para o bom desempenho do Controle Interno como para o desempenho das funções dos servidores em geral. As auditorias internas podem ser programadas e não causar transtornos às atividades cotidianas de cada setor que precisa repassar informações ao Controle Interno. O plano de trabalho visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades para atingir objetivos esperados conforme descreve Sandroni (2001, p. 198), “no plano ideal espera-se que o resultado de uma tarefa seja eficaz (adequado a um objetivo) e que a tarefa seja realizada com eficiência”.

Assim, as formas de ações do Controle Interno devem ser planejadas buscando atingir os objetivos de controle sobre os atos da administração pública, para Brasil (2014 p. 37):

A ação de controle interno baseia-se na aplicação de um conjunto de técnicas correspondentes à aplicação de procedimentos e processos operacionais para a obtenção de evidências com vistas à conclusão das ações planejadas, envolvendo a observação, a indagação escrita ou oral, análise documental, conferência, confirmação externa ou circularização, exame dos registros, inspeção física, revisão de dados dos sistemas computadorizados e outros.

O plano de trabalho do Controle Interno contribui para dimensionar a realização dos trabalhos, visa além da organização e eficiência de sua atuação, priorizar a atuação preventiva e atender aos padrões e diretrizes estabelecidos, objetivando o planejamento das ações a serem realizadas.

De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho, (2014, p. 37) o planejamento é a etapa na qual se determinam os objetivos a serem atingidos, determinando-se, quando e o que deve ser feito para alcançá-los, o plano de

trabalho deve ser composto do planejamento estratégico e o planejamento operacional:

a) Planejamento Estratégico - consiste na definição das ações de controle que serão implementadas durante determinado período, levando-se em conta os pontos críticos e frágeis capazes de impactar a execução e os resultados de determinado(s) programa(s) desenvolvido(s) ou em desenvolvimento; b) Planejamento Operacional - contera o modo de execução dos trabalhos, que compreende a especificação do foco da investigação, a seleção das ações e dos aspectos que serão abordados e os procedimentos e técnicas a serem empregados (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, 2014, p. 37).

As atividades do Controle Interno a partir de um plano de trabalho permitem uma maior organização e melhor compreensão dos resultados, assim como facilita a elaboração de relatórios e análises conclusivas de auditorias. Isto pode facilitar a tomada de decisão por parte da administração pública sobre os resultados obtidos. O planejamento pode ainda facilitar o trabalho das auditorias externas que poderão tomar como base o trabalho das auditorias internas, seus relatórios conclusivos e as providencias adotadas pelo poder executivo sobre os apontamentos.

A **Qualificação** dos membros do Controle Interno é outro ponto chave para a eficiência de seu trabalho. Neste sentido, Attie (2000, p. 220) explica que:

Um sistema de controle interno inadequado resulta, obviamente, na possibilidade de diversas aberturas que permitem a ocorrência de anomalias, fraudes e atos de dolo contra a entidade pública. Qualquer sistema de controle interno está calcado na existência de pessoas qualificadas e aptas a desenvolver suas tarefas. Um sistema de trabalho que vislumbre e possibilite que pessoas possam controlar e serem controladas promove que se tenham pessoas atentas às atividades que executem.

Os membros do Controle Interno para serem pessoas aptas para o exercício das funções que são de suas competências precisam ser pessoas qualificadas e com conhecimento em várias áreas. Larratúa (2008, p. 12), nos coloca seu ponto de vista sobre as principais ações que devem ser desenvolvidas pelo Controle Interno:

A expressão Controle Interno, quando aplicada à administração pública, traduz um conjunto de ações que devem ser postas em prática, pelo Poder Executivo, com o objetivo de executar e fiscalizar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação do resultado da gestão pública, no âmbito do município.

Na opinião de Attie (2000), o trabalho do Controle Interno, em grande parte dos municípios, é afetado pela existência de fraquezas, falhas e falta de qualificação especialmente nas análises das demonstrações financeiras. O Controle Interno precisa ter conhecimento sobre a forma legal da execução financeira para poder reportar para a administração critérios que devem ser seguidos construindo recomendações construtivas, para que os problemas sejam sanados.

2.4 O Controle Interno e a Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, ficou conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esta foi instituída na data de 04 de maio do ano de 2000. O principal objetivo da LRF de acordo com Bleil *et. al.* (2011), era promover a modernização da administração pública, pois a mesma estabeleceu várias normas de controle das finanças públicas impondo uma maior responsabilidade sobre a gestão fiscal, tentando limitar o endividamento da União, dos Estados e dos Municípios, conforme descrito em seu art 1º, § 1º

Art. 1º Esta lei complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal. § 1º A Responsabilidade da gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de garantia e inscrição em restos a pagar.

Segundo Larratéea (2008, p. 16, 17) para que se cumpram as normas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a prevenção de riscos e correção de desvios, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o

Controle Interno deve atuar de forma efetiva e presente, ou seja, é o Controle Interno quem deverá constituir os pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para Bergue (2001) a Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu muitas inovações e mudanças no sistema de gestão financeira, de modo especial, dos municípios. As mudanças fazem parte de um novo sistema de gestão onde o planejamento, a execução e o controle orçamentário são as principais ferramentas das administrações públicas.

A administração municipal deve cumprir algumas exigências referentes ao planejamento do exercício fiscal. De acordo com a Constituição Federal, para trabalhar o orçamento público nos municípios, é preciso seguir algumas regras, entre elas a elaboração do Plano Plurianual (PPA); elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, (LDO) que após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores passa a ser a Lei Orçamentária Anual (LOA). No quando 1, encontra-se resumido as finalidades do planejamento por meio do PPA, da LDO e da LOA.

Quadro 1- Resumo do planejamento financeiro nos municípios

	Definição e objetivos
PPA	Deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e relativas aos programas de duração continuada. Suas disposições devem alcançar o final do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito.
LDO	Deve estabelecer as metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre alterações na legislação tributária local e ser aprovada até o final do primeiro semestre de cada ano.
LOA	Deve compreender: o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, aos seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta; o orçamento de investimentos das empresas que o Poder Público Municipal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; o orçamento da seguridade social, incluindo todas as entidades e órgãos a eles vinculados.

Fonte: Adaptado de Kalife (2004, p. 8).

Dessa forma, para a criação da LOA é necessário o cuidado com as questões previstas no PPA e na LDO. Nesse sentido, o princípio da integração de todas as ações governamentais volta-se para o planejamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, conforme determina o Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo Menini (2003, p. 45):

A LOA compreende 3 (três) orçamentos e vigora durante o exercício financeiro contendo a fixação das despesas correntes e de capital e a previsão das receitas correntes e de capital, evidenciando assim a política econômica financeira da entidade estatal a que se refere.

A LOA, segundo a LRF, deve seguir alguns prazos de encaminhamento para o poder legislativo e a devolução ao poder executivo. Esse prazo é determinado pela Constituição Estadual (CE) e Lei Orgânica (LO), para Estado e Município, previsto em legislação própria de cada ente. Não havendo previsão, serão respeitados os previstos no ADCT (art. 39, II), ou seja, até 30 (trinta) de setembro para remessa ao Poder Legislativo, e para devolução para sanção do executivo, até o encerramento da sessão legislativa, o que normalmente ocorre em meados de dezembro (MENINI, 2003).

O planejamento a ser desenvolvido pelos administradores, quanto aos gastos previstos na LOA deve obedecer aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, esta lei, segundo Reston (2000) provocou uma mudança substancial na maneira como é conduzida a gestão financeira dos municípios. Para Furtado (2002), foi com a criação da LRF que passou a ser exigido dos administradores públicos o planejamento, assim, é preciso planejar o que deverá ser executado, pois além da execução devem-se controlar os custos envolvidos, cumprindo o programado dentro do custo previsto. Neste planejamento, entre muitas outras condutas administrativas a serem seguidas, as despesas com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), para os municípios não pode ultrapassar o limite máximo de: 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, quando houver; 54% para o Poder Executivo (FURTADO, 2002).

Dessa forma, pode-se dizer que LRF, visa manter o equilíbrio financeiro das finanças públicas, conforme explica Kalife (2004, p. 9):

O intuito da Lei de Responsabilidade Fiscal é a gestão fiscal responsável, que deverá ocorrer mediante cuidadoso planejamento, cuja execução busque o equilíbrio das contas públicas, a prevenção de riscos, a correção de desvios verificados em sua execução, o cumprimento de metas propostas e, principalmente, a transparência de todos os atos da Administração Pública.

É através do cumprimento das normas estabelecidas na LRF, será possível uma gestão fiscal eficiente. No “quebra-cabeça” para o planejamento dos gastos públicos as peças fundamentais são o PPA a LDO e a LOA. Estas são responsáveis por promover o atendimento das demandas legais sociais e o desenvolvimento econômico dos municípios, estados ou do país. O atendimento das demandas legais expressas na LRF poderá melhorar as condições de vida da população, nos aspectos, de saúde, educação, saneamento, habitação, e demais atendimentos básicos promovidos pelas administrações públicas.

O grande marco da LRF segundo Cruz (2001, p.14), foi o “[...] fato de responsabilizar especificamente a parte da gestão financeira a partir de um acompanhamento sistemático do desempenho mensal, trimestral, anual e plurianual”. Além disto, em seu Art. 48 a LRF dispõe sobre a transparência na administração pública, especialmente sobre a gestão fiscal que deve ser dada ampla divulgação inclusive no que tange a participação popular nos planos para elaboração das diretrizes e orçamento (MOTTA, 2002). Para Fink (2008, p. 31) “As audiências públicas são espaços abertos para o diálogo e a avaliação prévia de futuros projetos de governo também se configuram em oportunidades para o exercício do controle social”.

Tanto a estruturação e atuação do Controle Interno, especialmente nos municípios, como LRF buscam uma nova postura, para as administrações públicas principalmente no combate à corrupção e os desvios de recursos públicos (BLEIL, 2011). Mesmo com tantas responsabilidades trazidas pela LRF e com a criação de um sistema de Controle Interno em cada município ainda se visualiza no Brasil muitos escândalos de corrupção. Neste sentido, Chizzotti *et. al* (2012, p. 30), nos trazem:

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe um princípio altamente salutar ao equilíbrio financeiro das Prefeituras: não se pode gastar mais do que se arrecada. Também, por defender a transparência absoluta das contas públicas, essa lei se tornou um entrave à corrupção. Mesmo assim, em governos em que se praticam atos ilegais na administração, existe uma grande resistência à liberação de informações sobre os gastos públicos.

Portanto, acredita-se que a Lei da Responsabilidade Fiscal surgiu para fazer com que os gestores dos municípios tenham mais compromisso com a sociedade.

2.5 Pesquisas similares ou correlatas

A seguir apresenta-se um resumo sobre trabalhos apresentados nos principais congressos de contabilidade do Brasil. No quadro 2 estão sintetizadas pesquisas correlatas ao tema pesquisado destacando quem são os autores, o ano da pesquisa, objetivo, instrumentos, fonte e resultados da pesquisa.

Quadro 2- Resumo de pesquisas similares

Autor/ano/tema	Objetivo	Resultado	Instrumento de Pesquisa
Características do sistema de controle interno municipal: um estudo na Prefeitura Municipal de Ouro Preto. SOARES Líria Lara (2012)	Avaliar o processo de controle das ações administrativas do Poder Executivo do Município de Ouro Preto, a fim de identificar as características para uma gestão pública mais eficiente.	Ainda que possua caráter informativo, ou seja, a atuação do gestor não seja vinculada às orientações da Controladoria Municipal, pode-se inferir que as atividades do sistema de controle interno podem contribuir para a eficiência da gestão pública no âmbito municipal, à medida que a atuação da Controladoria possibilita a orientação dos gestores na tomada de suas decisões.	Pesquisa bibliográfica , documental, questionários
Controle interno na administração pública: um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Sertão – RS BLEIL, Claudedir MAUSS, César Volnei GRADIN, Rauliquenia POLESE, Cecília Maria. (2011)	Avaliar a situação do sistema do controle interno na Prefeitura Municipal de Sertão dando uma visão geral em termo de institucionalização e estruturação, avaliando as fragilidades existentes perante a legislação.	Com base no estudo percebeu-se que o controle interno é um instrumento indispensável para a gestão, dando suporte para as auditorias internas e externas da entidade. de exigências legais a respeito do controle interno, constatou-se que a prefeitura exerce 87% das legalidades exigidas nas leis estudadas.	Pesquisa documental e entrevista, com aplicação de um chek-list, do qual foram analisados 42 itens.
Organização dos órgãos de controle	Analisar as características dos	Constatou-se que as unidades de controle	Aplicação de questionário no

interno municipal no Estado do Ceará: um estudo na região metropolitana de Fortaleza. CAVALCANTE; Danival Sousa PETER Maria da Glória Arrais; MACHADO; Marcus Vinícius Veras. (2011)	órgãos de controle interno dos municípios do Estado do Ceará, buscando delinear o perfil desses órgãos, de forma a contribuir para a melhoria de sua organização sistêmica e conseqüentemente dos resultados obtidos.	presentes nos municípios integrantes da amostra estudada não possuem autonomia, visto que, na maioria dos casos, são unidades integrantes de secretaria ou órgão, fato que reduz de forma significativa a atuação do controle, dificultando a adoção de medidas que visem a melhor aplicação dos recursos públicos. Após a análise dos dados, foi possível delinear o perfil básico dos órgãos de controle interno presentes nos municípios do Estado do Ceará, constatando-se que muito ainda resta a fazer em prol da transparência na gestão dos recursos públicos	formato de formulário aplicado aos secretários municipais da fazenda dos municípios selecionados para a amostragem.
--	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os trabalhos mais similares estão relacionados à auditoria de administração pública, como o planejamento e as implicações decorrentes de cada escolha adotada. O Controle Interno atua junto à administração pública como espécie de auditor, sempre verificando a existência de falhas para tentar corrigi-las ou até mesmo alertar para que não surjam erros futuros. O resultado da atuação do Controle Interno deverá evidenciar a qualidade da aplicação dos recursos públicos apoiado no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Frente às considerações abordadas nesta etapa do trabalho foi possível verificar a importância do planejamento na gestão pública, especialmente para atender as demandas expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste sentido, se faz necessário estruturar os controles internos no âmbito municipal para juntamente com os controles externos fiscalizar os atos da administração pública, primando pela igualdade de direitos e pela transparência na aplicação dos recursos públicos.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentada a análise e a discussão dos resultados por meio dos dados coletados. Inicialmente apresenta-se um breve histórico sobre o Município de Campos Borges. Posteriormente o trabalho traz os resultados obtidos através da pesquisa.

3.1 Caracterização do Município de Campos Borges RS.

O município de Campos Borges esta localizado, na região centro oeste do Estado do Rio Grande do Sul, fica a uma distância de 290 km da capital do estado – Porto Alegre. Possui uma área de 180,91 km² e uma população estimada em 3.546 habitantes. A figura 1 mostra a localização do Município no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização do Município de Campos Borges em relação ao Estado do RS.



Latus (2011)

O Município é composto atualmente por seis distritos, Rincão dos Toledos, Mundo Novo, São José de Campos Borges, Volta Vitória, Varamé e Linha Ferrari, conforme mostra figura 2.

Figura 2: Mapa do Município de Campos Borges e seus seis distritos.



Fonte: Latus (2011)

De acordo com o site oficial do Município, o território onde Campos Borges, foi conhecido inicialmente como Posse Maria Rodrigues, onde os familiares de Maria Rodrigues foram os únicos moradores destas terras no ano de 1827. Maria Rodrigues solicitou a Dom Pedro I a posse da terra, onde está localizado o Município de Campos Borges, por meio de uma carta enviada ao Imperador. O período se caracterizava pelas sesmarias (base econômica colonial que media de 10 a 13.000 hectares). Havia necessidade do Imperador em doar terras a pessoas que tivessem condições de cultivá-las. Então as correntes migratórias começaram a colonizar esses territórios. Maria Rodrigues recebeu a posse de 48 colônias. Ficou como proprietária das terras aproximadamente 50 anos. Partes destas terras foram apropriadas por outras pessoas e outras partes foram vendidas pelos seus herdeiros para fins de desenvolver a região.

Pode-se dizer que Campos Borges, primeiramente era formado por matas virgens, sobressaindo-se os imponentes pinheiros, onde viviam animais selvagens das mais variadas espécies dando sinal de vida sobre a pequena porção de terra. Estas matas foram sendo atravessadas por uma picada que servia de passagem aos carroceiros viajantes que por ela transitavam para buscarem mercado para seus produtos.

Daquelas matas, resta, ainda nos dias atuais, uma Grápia (nome científico *Apullia Paraecose*) como patrimônio público de acordo com a Lei Municipal nº 145/91 do dia 19 de março de 1991. A árvore está localizada em um terreno no alto da sede do Município e pode ser visto de quase todos os pontos por ser imponente.

As primeiras fontes econômicas foram a extração de madeira que deu lugar a agricultores para o cultivo do milho, feijão, trigo entre outros, para a subsistência das famílias. As principais atividades econômicas estão relacionadas ao setor primário, predominando a agricultura e pecuária, sendo neste setor a fonte maior de ocupação, embora o trabalho seja temporário na época do plantio e da colheita. Outra fonte de ocupação é a prestação de serviço, comércio e extração de pedras basalto. A renda per capita é de R\$ 214,00 mensais, mas verifica-se concentração de renda em algumas famílias, considera-se que 50% da população usuária da assistência social possui renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Campo Borges, emancipou-se politicamente do ano de 1988 através da Lei Estadual nº 8503 de 1988. Atualmente já passou por seis administrações estando no terceiro ano de sétima administração política administrativa. No município, a administração pública é responsável por gerenciar todos os recursos disponíveis elaborando planejamento para atender as necessidades básicas de seus munícipes, tais como saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, agricultura, entre outros.

No município de Campos Borges o poder executivo municipal está departamentalizado, ou seja, dividido em secretarias cada uma com suas funções distintas. Assim, o município é administrado com as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; Secretaria Municipal de Infraestrutura

e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cada secretaria possui setores diferenciados para atender as diversas atividades relacionadas ao poder executivo municipal.

A sede da Prefeitura Municipal de Campos Borges é onde se desenvolveu a presente pesquisa, o prédio da prefeitura está localizado na Praça 13 de abril, nº 302. No Centro Administrativo, funcionam atualmente os seguintes setores e departamentos: Gabinete do Prefeito, departamentalizado em Assessoria Jurídica, Recepção e Junta de Serviço Militar e Controle Interno. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento com o Departamento De Pessoal, Setor de Projetos, Setor de Engenharia e Jarí. No prédio da prefeitura também funciona a Secretaria Municipal da Fazenda com os departamentos de Licitações e Compras, Contabilidade, empenho, arrecadação, blocos de produtores rurais. No centro administrativo situa-se também a sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Já as demais secretarias possuem localização distinta, porém todas fazem parte das auditorias feitas pelo Controle Interno do município.

3.2 CONTROLE INTERNO MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES: PROCEDIMENTOS E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS LEGAIS

A seguir apresenta-se a pesquisa documental realizada na prefeitura municipal de Campos Borges. Nesta etapa, foi exposto um resumo das leis que criaram o Controle Interno municipal, seu regimento e suas alterações desde sua implantação no ano de 2004 até o primeiro semestre do ano de 2015. Além disto, foi colocado ainda alguns tópicos referente às principais demandas legais que devem ser obedecidas pela administração municipal.

3.2.1 Controle Interno existente: Leis municipais.

Na pesquisa documental realizada na prefeitura municipal de Campos Borges consta que o Controle Interno foi criado no ano de 2004, e que a partir

de 10 de março deste ano foram promulgadas seis leis municipais envolvendo a estruturação do Controle Interno, conforme mostra quadro 3.

Quadro 3 – Resumo das leis referente ao Controle Interno Municipal

Nº da Lei	Data de Publicação	Histórico
745/04	10/03/2004	Organiza o Sistema de Controle Interno e cria unidade central no Município de Campos Borges e dá outras providencias.
1035/09	28/04/2009	Altera a redação do “caput”, dos incisos I e II e do § 1º, todos do art. 4 da Lei Municipal nº 745/04 de 10 de março de 2004 e dá outras providencias.
1.228/12	17/10/2012	Cria cargos de médico e de técnico do Controle Interno junto ao quadro de cargos de provimento efetivo do executivo municipal; acresce atribuições ao cargo de médico, criado pela lei municipal nº 935/07 e dá outras providencias.
1.268/13	09/05/2013	Altera a carga horária semanal, o valor do vencimento mensal inicial e os requisitos de provimento do cargo de técnico de controle interno, criado pela lei municipal nº 1.228/12, e dá outras providencias.
1.269/13	09/05/2013	Autoriza a contratação temporária de um técnico de controle interno, por excepcional interesse público, para atuar junto ao serviço público municipal e dá outras providencias.
1.317/14	25/04/2014	Cria os cargos de médico psiquiatra, de médico ginecologista, de auxiliar de farmácia e de fiscal tributário; aumenta o número de vagas nos cargos de técnico do Controle Interno, de motorista e de mestre operador; reduz a carga horária semanal do cargo de eletricitista; e altera as atribuições e o vencimento básico inicial do cargo de mestre operador, todos junto ao quadro de cargos de provimento efetivo do poder executivo, constante da Lei Municipal nº 121/90 com suas alterações, e dá outras providencias.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A Lei nº 745 de 10 de março de 2004, mostrada no quadro 3 foi criado visando organizar e criar a unidade de Controle Interno no município. De acordo com o gestor da época, esta Lei foi promulgada com o objetivo de “promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial no tocante à legalidade, legitimidade e economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos” (Art. 1º, Lei Municipal nº 745/04).

O Sistema de Controle Interno, segundo a Lei Municipal nº 745/2004, ficou integrado em Unidade Central, na estrutura do Gabinete do Prefeito Municipal e na Câmara Municipal no que diz respeito as suas atividades. Nesta Lei foram criadas diversas atribuições ao Controle Interno relacionadas a

efetividade do trabalho da gestão pública municipal. Em seu Art. 4º ficou definido como seria composto ou integrado a Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 4º - A central do sistema de controle interno será integrada por servidores do município e da câmara municipal de vereadores, sendo:
I – 02 (dois) contadores ou técnicos em contabilidade, devidamente registrados no conselho regional de contabilidade, sendo uma para o executivo e um para o legislativo;

II – 02 (dois) servidores ocupantes de cargos de nível médio ou superior, com experiência comprovada em administração pública municipal.

§ 1º - Os integrantes da central do sistema de controle interno serão escolhidos pelo Prefeito Municipal para o Executivo e pelo Presidente da Câmara para o Legislativo, dentre os servidores detentores de cargo de provimento efetivo.

[...]

§ 3º - Os integrantes da central do sistema de controle Interno e assessores farão jus ao recebimento de uma gratificação mensal em percentual de 10 % sobre seus vencimentos básicos.

No Art. 5º da lei ficou determinado ainda que “a Central de Sistema de Controle Interno será assessorada permanentemente pelo órgão Jurídico do Município e da Câmara”, recebendo também gratificação conforme mencionado no Art. 4º II, Parágrafo § 3º.

O Art. 7º esclarece quais os órgãos setoriais da central do sistema de controle interno.

Art. 7º – Os órgãos setoriais da central do sistema de controle interno são os seguintes:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Câmara Municipal de vereadores;

III -- Secretaria de Administração e Planejamento;

IV - Secretaria Municipal da Fazenda;

V- Secretaria Municipal de Educação;

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

VIII - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente.

A Lei nº 745/04 estabeleceu que a Central de Sistema de Controle Interno faria sua atuação fiscalizadora nas seis secretarias municipais que compõe a estrutura administrativa do município, assim como Gabinete do Prefeito e Câmara Municipal de Vereadores. As obrigações do Controle Interno Municipal foram definidas pelo Art. 8º.

Art. 8º - São obrigações dos servidores integrantes do sistema de controle interno:

- I. Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
- II. Informar, por escrito, ao prefeito e presidente da câmara municipal, a prática de atos irregulares ou ilícitos;
- I. Guardar sigilo sobre dados ou informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

O Art. 9º disciplina sobre as responsabilidades da Central de Sistema do Controle Interno e sobre a responsabilidade perante irregularidades ou ilegalidade na gestão administrativa.

Art. 9º - Os responsáveis pelo Sistema de Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, darão conhecimento ao prefeito municipal ou ao presidente da câmara, conforme o caso, e ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária. (Lei Municipal nº 745/04).

A responsabilidade solidária por irregularidades e/ou ilegalidade na gestão administrativa já estava prevista no Art. 74 § 1º da Constituição Federal, podendo ser responsabilizado criminalmente por ilegalidades administrativas.

Na Lei Municipal nº 745/04, encontra-se regrado também a forma de atuação do Controle Interno na administração pública municipal, estabelecendo as normas e períodos para a apresentação de relatórios de atividades.

Art. 11º - Trimestralmente, a central do sistema de controle interno fará relatório parcial circunstanciado de suas atividades e, na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano, fará um relatório final, sempre propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas. (Lei Municipal nº 745/04).

A Lei Municipal nº 1.039 de 28 de abril do ano de 2009 tinha como propósito realizar uma alteração na redação do “caput”, dos incisos I e II e do § 1º, todos do art. 4º da Lei Municipal nº 745/04 de 10 de março de 2004, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 4º A central de sistema de controle interno será integrada por servidores do executivo municipal, e, se for o caso, da Câmara Municipal sendo:

- I – um (1) contador técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II – três (3) servidores ocupantes de cargos de nível médio ou superior.

§ 1º - Os integrantes da central do sistema de controle interno serão escolhidos pelo prefeito municipal, podendo a escolha recair sobre servidores da Câmara de Vereadores, com a concordância e autorização do Presidente do Legislativo Municipal, e em qualquer dos casos os servidores escolhidos deverão ser detentores de cargos de provimento efetivo.

Segundo informações obtidas na Central de Sistema de Controle Interno do município, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) desde a data que foi criado o Controle Interno no município no ano de 2004, em suas auditorias apontava irregularidades na forma de estruturação do mesmo. Os apontamentos eram referentes a deficiências na forma de estruturação, já que os servidores, nomeados eram de cargos efetivos do município com outras atribuições de seu cargo, sem dedicação exclusiva para Controle Interno.

Em seus relatórios de auditorias o TCE/RS, também menciona irregularidades na formação da comissão no sentido de que os membros nomeados para exercer a função de fiscalização, das atividades dos diversos setores da administração pública municipal também deveriam ser fiscalizados.

Os membros nomeados para a função de Controle Interno eram contador da prefeitura e oficiais administrativos. O contador é responsável solidariamente com o executivo municipal pela aplicação de recursos da gestão financeira do município, e os oficiais administrativos eram responsáveis pelo setor de tesouraria e/ou licitações que são unidades administrativas que precisam ser fiscalizadas pelo Controle Interno.

No ano de 2012 o TCE/RS publicou a Resolução nº 936/2012, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno municipal. Esta resolução tem como objetivo aperfeiçoar a fiscalização dos Controles Internos municipais, conforme Art. 1º:

A presente resolução dispõe sobre as diretrizes que devem orientar o sistema de controle interno municipal, visando ao aperfeiçoamento da fiscalização procedida pelas unidades centrais de controle interno, em especial sobre a gestão administrativa, financeira e patrimonial do município respectivo, nos termos estatuído nos Art. 31 e 74 da Constituição da República. (RESOLUÇÃO Nº 936/2012, TCE/RS).

Nesta resolução o TCE/RS, orienta os municípios sobre a forma de estruturação da Central de Sistema de Controle Interno e quais deverão ser as atribuições dos membros do Controle Interno. A resolução define que poder executivo municipal deve estruturar o Controle Interno através de lei municipal com atribuições do cargo capazes de atender os princípios constitucionais, em especial os da “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 2º I, da Resolução nº 936/2012 TCE/RS). Entre outras diretrizes a Resolução determina ainda que a Unidade Central de Controle Interno dos municípios deverá ser composta por servidores efetivos com atuação exclusiva na unidade.

Art. 5º. A UCCI deverá ser composta unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, recrutados entre categorias profissionais distintas, cuja a habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva na Unidade (RESOLUÇÃO Nº 936/2012, TCE/RS).

Em observância as determinações do TCE/RS, através da Resolução nº 936/2012, em 2012 o Município de Campos Borges promulgou a Lei nº 1.228/2012 que criou cargos, entre eles o de Técnico do Controle Interno junto ao quadro de cargos de provimento efetivo do executivo municipal, com carga horária de 35 horas semanais. Nesta Lei também ficou determinado a forma de provimento do cargo de Técnico de Controle Interno que será através de concurso público, assim como as atribuições do cargo e os requisitos para o concurso. A Lei 1.228/12 em seu Art. 7º Inciso II descreve: “os requisitos de provimento para o preenchimento do cargo de Técnico do Controle Interno, são os de possuir certificado de conclusão com aproveitamento em curso superior reconhecido oficialmente [...]”.

Em 2013 foi publicada a Lei nº 1.268 de 09 de maio de 2013 alterando a carga horária semanal, o valor do vencimento mensal inicial e os requisitos de provimento do cargo de Técnico de Controle Interno, criado pela Lei Municipal nº 1.228/12. Esta nova Lei reduziu a carga horária do Técnico de Controle Interno para 20 horas semanais e os requisitos para provimento do cargo Art. 2º, passaram a ser:

Possuir certificado de conclusão com aproveitamento em curso superior reconhecido oficialmente, nas áreas de ciências contábeis, de Ciências Jurídicas e Sociais, de Administração, de Ciências Econômicas e de Processamento Eletrônico de Dados, com o respectivo registro válido no conselho de classe correspondente (Lei Municipal nº 1.228/12).

A Lei Municipal 1.228/2012 exigiu para o cargo de Técnico do Controle Interno curso superior nas áreas Contábeis Jurídicas, Sociais Ciências Econômicas e *Processamento Eletrônico de Dados*. Esta última qualificação foi exigida em lei sendo que o Município não possui nenhum tipo de sistema de informação específico para o Controle Interno.

No mesmo ano e na mesma data da Lei nº 1.268/13, foi promulgada a Lei nº 1.269/13 autorizando o poder executivo municipal a realizar a contratação temporária de um Técnico de Controle Interno, por excepcional interesse público, para atuar junto ao serviço público municipal. Após a promulgação desta lei o executivo municipal realizou prova seletiva para o preenchimento da vaga.

Posteriormente na data de 24 de maio de 2013, foi publicado edital nº 018/2013 abrindo concurso público para o preenchimento da vaga de Técnico do Controle Interno.

Na data de 14 de outubro, através da portaria nº 7972 de 2013, foi nomeado servidor para ocupar o cargo de Técnico do Controle Interno com dedicação exclusiva nesta função, ingressado através do Concurso Público edital 018/2013.

A última lei criada pelo executivo municipal com relação ao cargo de Técnico de Controle Interno foi a Lei nº 1.317/2014 de 25 de abril de 2014. Esta Lei aumentou em mais (1) um o número de vagas no cargo de Técnico do Controle Interno. Na data de 19 de fevereiro de 2015 com a portaria nº 8618/2015 foi nomeado mais uma servidora para ocupar o cargo de Técnico do Controle Interno, também aprovado em segundo lugar no Concurso Público edital 018/2013.

3.2.2 Demandas legais

O Art. 4º da resolução 936/2012 TCE/RS, expõe alguns itens que são obrigatórios por parte do Controle Interno, para atender as demandas legais de controle, contemplando, em especial as áreas de contabilidade, de orçamento, de patrimônio, das finanças públicas, compreendendo no mínimo:

Art. 4º

I – Quanto a receitas, o exame:

- a) Das transparências intergovernamentais;
- b) Do lançamento da respectiva cobrança e de todos os tributos da competência local;
- c) Da cobrança da dívida ativa e dos títulos executivos emitidos pelo TCE;
- d) Das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

II – quanto às despesas e ao conjunto da gestão:

- a) exame da execução da folha de pagamento;
- b) exame da manutenção da frota de veículos e equipamentos;
- c) exame do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais;
- d) exame dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor;
- e) acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal;
- f) acompanhamento das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
- g) exame da gestão dos regimes próprios de previdência;
- h) exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado.

III – quanto às admissões de pessoal:

- a) manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado;
- b) manifestação sobre a legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal.

O atendimento às demandas legais por parte do Controle Interno nos municípios ainda pode ser resumido com base no estudo realizado por Attie (1992, p. 28):

- examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;
- verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e

econômica;

- examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado;
- comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas.

As demandas legais na gestão pública estão voltadas especialmente para o atendimento das normas da administração previstas na Constituição Federal, na LRF- limites de gastos com pessoal, educação saúde, repassa ao legislativo e a Lei Federal 4.320/1964.

3.3 ESTRUTURA DO CONTROLE INTERNO

Para o desenvolvimento desta etapa do trabalho foi aplicado questionário aos dois membros que atuam no Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campos Borges. Este questionário tinha como principal finalidade complementar as informações obtidas na pesquisa documental sobre a forma de estruturação da controladoria do Município.

As questões aplicadas nesta etapa da pesquisa tinham como objetivo verificar como foi estruturado o Controle Interno municipal se há lei e regimento aprovados pela câmara municipal de vereadores. Além disto, buscou-se verificar se o município possui despesa orçamentária própria para os gastos do Controle Interno, onde o mesmo está vinculado, quantos membros atuam atualmente, qual a forma de ingresso, experiência e formação. E se os membros atuam com função exclusiva para o Controle Interno.

a) Instituição do Controle Interno

A primeira pergunta buscava identificar quando e como e foi instituído o Controle Interno no município, e se o mesmo tem sua atuação pautada por projeto de lei com aprovação da câmara municipal.

Os servidores responsáveis pelo Controle Interno responderam que o mesmo foi instituído no Município de Campos Borges no ano de 2004 por meio de Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal.

b) Regimento próprio

A questão B tinha como objetivo verificar se o Controle Interno municipal possuía regimento próprio. De acordo com os membros, o Controle Interno possui regimento, este existe desde o ano de 2004, aprovado através do Decreto Municipal nº 942/2004. Este regimento normatizou procedimentos de fiscalização, forma de integração dos membros, formas de assessoria jurídica, forma de apresentação dos relatórios ao executivo e/ou legislativo que seriam através de recomendações, como e quando seriam realizadas reuniões, como seria a organização interna da Central do Sistema de Controle Interno.

Os membros do Controle Interno salientaram que muitas mudanças aconteceram na forma de estruturação da Central do Sistema de Controle Interno no Município de Campos Borges a partir de 2004, entretanto, não foi publicado novo regimento. O regimento interno em vigor normatiza os trabalhos do Controle Interno conforme a Lei Municipal nº 745/04 quando o mesmo era formado por comissão de servidores do quadro de funcionários efetivos do município nomeados pelo prefeito municipal.

c) Denominação

A questão C perguntou sobre a denominação do Controle Interno. Os membros responderam que conforme já fixado na Lei municipal nº 745/2004, o Controle Interno do município recebe a denominação de Sistema de Controle Interno, integrado por um órgão coordenador denominado de Central do Sistema de Controle Interno.

d) Nível Hierárquico

A questão D perguntava sobre o nível hierárquico em que o Controle Interno municipal se encontra. Os membros do Controle Interno responderam que possuem poder hierárquico na administração municipal de fiscalização e revisão, entretanto, a ordenação fica a cargo da autoridade superior competente, seja executivo ou legislativo, não exercem funções de controladores, apenas fiscalizadores.

e) Despesas orçamentárias

Buscou-se ainda verificar na questão E se as despesas referentes ao Sistema de Controle Interno possuíam previsão orçamentária própria e específica e onde se encontra vinculado. Os entrevistados responderam que existe dotação própria vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

A Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2015 é a Lei 1.346 de 16 de dezembro de 2014 nesta Lei foi orçado R\$ 17.825,83 (Dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos), classificadas no Projeto Atividade 2012, que tem por objetivo dispor recursos para desenvolvimento das atividades inerentes ao Controle Interno. Estas despesas estão classificadas nas seguintes rubricas: **Pessoal e encargos sociais** - vencimentos e vantagens fixas pessoal civil R\$ 11.815,20; Outros benefícios assistenciais R\$ 733,11; aplicação direta decorrente de operações e encargos R\$ 2.849,60; Obrigações patronais R\$ 2.849,60. **Outras despesas correntes** – Diária pessoal civil R\$ 1.378,37; material de consumo R\$ 437,63; Outros serviços terceiro pessoa jurídica R\$ 611,92. (LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014).

f) Cargos

Na questão F foi perguntado sobre quantos membros estão atuando atualmente no Controle Interno municipal, e conforme já mencionado na forma de estruturação do Controle Interno, os respondentes confirmaram a atuação de dois membros.

g) Forma de ingresso e carga horária

A questão G perguntou sobre a forma de ingresso e a carga horária que os membros do Controle Interno desenvolviam. Os entrevistados responderam que para o cargo de Técnico de Controle Interno o município possui duas vagas e ambas foram preenchidas através de concurso público Edital nº 018/2013 com carga horária de 20 horas semanais conforme leis municipais nº

1.228/2012 nº 1268/2013 e nº 1317/2014, conforme já mencionado anteriormente. Normalmente os membros do Controle Interno trabalham em turnos inversos, um atua todos os dias no período da manhã e o outro, todos os dias no período da tarde.

h) Tempo de atuação e experiência

Os membros do Controle Interno também foram questionados na questão H sobre o tempo que estavam trabalhando como Técnicos de Controle Interno e se os mesmos já possuíam algum tipo de experiência em administração pública. Um dos membros respondeu que faz um ano e seis meses que está atuando como técnico de Controle Interno tendo ingressado no serviço público no mês de outubro do ano de 2013. O segundo membro respondeu que está atuando há seis meses tendo ingressado no mês de fevereiro do ano de 2015.

Quanto à experiência em administração pública, ambos responderam que não possuíam experiência alguma, mas que aos poucos estão conhecendo as demandas legais e a importância do Controle Interno para auxiliar os administradores municipais.

i) Formação acadêmica

A questão I tinha como objetivo verificar a formação acadêmica de cada técnico de Controle Interno do município. Um dos membros respondeu que é formado em Bacharel em Ciência da Computação e o outro em Administração.

Segundo o entrevistado com formação em Bacharel em Ciências da Computação, o trabalho de controladoria interna na administração pública tem sido bem difícil pela falta de conhecimento na área e falta de experiência. Contudo, ambos os entrevistados mencionaram que sempre que possível a administração pública permite a participação dos mesmos em treinamentos e cursos de especialização.

j) Atribuições

Na questão J, buscou-se pesquisar se os membros que estão atuando como técnicos de Controle Interno no município têm atribuições voltadas exclusivamente para esta função ou possuem outras tarefas além de técnicos. Os membros responderam que eles atuam com dedicação exclusiva ao Controle Interno sendo que os mesmos têm especificado na Lei Municipal nº 1.228/2012, as atribuições do cargo.

Segundo os entrevistados tem-se encontrado dificuldades para o exercício da função, tanto pela falta de conhecimento como pela falta de qualificação. Quanto a carga horária, é de 20 horas semanais, como trata-se de dois membros para um município com cerca de 3.546 habitantes, onde a arrecadação anual gira em torno de R\$ 14.375.000,00, os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno, entendem que é suficiente para atender as necessidades atuais. Os técnicos relataram ainda que trabalham em turnos diferentes, um no turno da manhã e o outro no turno da tarde, somente quando necessário os mesmos fazem o mesmo horário.

3.4 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS LEGAIS PELO CONTROLE INTERNO

Outro ponto pesquisado neste trabalho foi a forma de atuação da Central do Sistema de Controle Interno do Município de Campos Borges, para o atendimento das demandas legais.

Nesta etapa também foi aplicado questionário com 10 questões relacionadas ao trabalho cotidiano do Controle Interno. Com isto buscava-se verificar como é a forma de atuação do Controle Interno, e as principais atividades realizadas. Além disto, questionou-se sobre a existência de plano de trabalho para o desenvolvimento das atividades do Controle Interno, se os mesmos realizam auditorias internas, como são apontadas falhas. Assim como pesquisou-se sobre a forma de acompanhamento da gestão financeira para a eficiência da aplicação das demandas especificadas na LRF. Ainda questionou sobre as principais limitações encontradas pelo Controle Interno para o efetivo desempenho de suas atividades.

a) Principais atividades

Primeiramente questionaram-se quais eram as principais atividades realizadas pelo Controle Interno, os entrevistados responderam resumidamente em tópicos as principais atividades, que são:

1. Verificação orçamentária;
2. Fiscalização aos limites constitucionais FUNDEB; MDE e Serviços Públicos de Saúde ASPs;
3. Fiscalização em contratos e aditivos;
4. Fiscalização em Processos Licitatórios;
5. Fiscalização em folha de pagamento;
6. Fiscalização em Termos de Convênios;
7. Prestação de Contas;
8. Sistema Patronal;
9. Pagamento de Gratificações, adicionais de Insalubridade e diária

As principais atividades do Sistema de Controle Interno elencadas são consideradas insuficientes para a verificação do cumprimento de sua real função e o atendimento pelo controle sobre as demandas legais do município. Botelho (2008) considera ser atividade principal e específica do SCI o incentivo ao cumprimento dos programas de governo, por meio do confronto entre os dados constantes dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e a aplicação dos recursos em conformidade com o orçamento.

Pode-se observar nas principais atividades relacionadas pelo Controle Interno municipal a fiscalização sobre alguns itens relacionados a execução financeira. No plano de trabalho do SCI, também encontram-se relacionados algumas metas de fiscalização para o período de 2015 a 2016, item V p. 4 do Plano de trabalho do Controle Interno.

b) Auxílio administrativo

A questão B perguntava aos membros do Controle Interno se a forma de atuação do mesmo poderia ser vista como ferramenta de auxílio para a gestão municipal e para o legislativo, onde a resposta obtida foi que sim. Os membros do Controle Interno ressaltaram ainda que todas as falhas identificadas sobre

as atividades desenvolvidas pela administração ou pela Câmara Municipal de Vereadores são levadas ao conhecimento dos responsáveis para que sejam tomadas as devidas providências.

c) Forma de trabalho

Também foi questionado como era realizado o trabalho do Controle Interno. Os membros responderam que o trabalho é efetivado através de verificações documentais, se comprovada irregularidades o SCI emite um ofício acompanhado de relatório para a Secretaria Municipal de Administração. No relatório é descrito o apontamento com sua sugestão para que sejam tomadas as providências para sanar tais irregularidades. Feito isto, arquiva-se o ofício e relatório junto aos documentos do SCI que poderá ser levado à ciência do TCE/RS, durante auditorias externas.

Os membros do Controle Interno não relataram se realizam acompanhamento para verificar se foram tomadas providências sobre os apontamentos efetivados.

d) Plano de Trabalho

A questão D foi referente a existência de plano de trabalho, os membros do Controle Interno responderam que realizam plano anual de trabalho. A pesquisadora teve acesso a este plano da Central do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campos Borges, conforme anexo, onde podem ser verificadas algumas divergências de informações repassadas através do questionário e algumas falhas na elaboração do plano. No item 1.1, p. 2 do plano de trabalho o controle interno faz referencia as finalidades a nível Federal e não Municipal:

[...]

Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, bem como a execução de programas do governo e dos orçamentos da União;

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração Federal bem como a aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;

Exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias bem como os direitos e deveres da união;
Realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da união e das entidades da administração direta e indireta quanto a legalidade, legitimidade e economicidade.

Como pode ser observado o Controle Interno municipal, em seu plano de trabalho comete algumas falhas ao definir suas finalidades de atuação, fazendo reverencia a gestão Federal e não Municipal.

No plano de trabalho 2015 o Controle Interno também menciona a elaboração de relatórios. Até o final do primeiro semestre de 2015, foram elaborados oito relatórios e encaminhados para a administração municipal com ofícios de apontamento. Os relatórios são emitidos no âmbito da fiscalização municipal com base na portaria nº 7972/2013 e portaria nº 8618/2015 regida pelas leis Municipais nº 1228/2012 e lei nº 1.317/2014 e resolução nº 936/2012 expedida pelo TCE-RS.

Contudo, os relatórios não são oriundos de processos de auditorias internas, são trabalhos aleatórios realizados em determinados setores e sobre determinados assuntos. O Controle Interno do município possui um plano de trabalho, mas não segue as rotinas especificadas no plano. Seus relatórios pareceres referem-se principalmente a questões como publicidade, transparência, atos referentes a licitações e contratos.

e) Uso de *Checklist*

Na questão E foi perguntado se o Controle Interno realizava algum tipo de *Checklist*, e de que forma aplicava os mesmos. Foi informado que não eram realizados *Checklist* e que as auditorias são realizadas através de uma verificação mais detalhada e aprofundada nas rotinas de todas as secretarias e setores, entretanto, a forma como esta verificação é realizada não foi deixado claro pelo Controle Interno. Em seu plano de trabalho, item 2.2, p. 3 o Controle Interno menciona que a fiscalização será realizada da seguinte forma: Órgão/unidade/ou secretaria, Falha, Resposta, Justificativa e Resultado do *Checklist*.

f) Auditorias

A questão F tinha como objetivo verificar se os membros do Controle Interno do município realizam auditorias internas. Os mesmos informaram que não tem o hábito de realizar auditorias programadas, ou seja, as auditorias, não seguem um roteiro pré-elaborado, com aviso prévio para cada setor e desta forma não realizam relatórios de auditorias. Os membros do Controle Interno informaram que o trabalho é diário, verificando por amostragem determinados assuntos julgados mais relevantes em cada setor, ou investigando denúncias encaminhadas ao Sistema.

g) Apontamentos

A questão G perguntava sobre o modo com que eram realizados os apontamentos das falhas na administração, foi informado que os apontamentos são realizados através de comprovações documentais. Ou seja, o Controle Interna examina documentos expedidos por cada setor ou secretaria e se for comprovada falhas que possam trazer prejuízo ao erário público, bem como burlar os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade, são emitidos ofícios e relatórios para conhecimento da autoridade superior competente e devidas providências.

h) Solução dos problemas apontados

Na questão H, buscou-se verificar se a administração municipal toma providencias quando são encaminhados apontamento de falhas pelo Controle Interno. Os membros informaram que no momento que a administração recebe os apontamentos os mesmos são levados ao conhecimento da autoridade superior competente, Prefeito ou Presidente da Câmara Municipal, dependendo de cada caso, e estes procuram sanar os problemas através de conversas, com funcionários responsáveis ou através da publicação de portarias ou ordens de serviço, conforme necessidade de cada apontamento.

i) Acompanhamento execução financeira e LRF

Sobre o acompanhamento dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi questionado ao Controle Interno, como o mesmo acompanha a execução fiscal e o cumprimento das normas estabelecidas pela LRF. A única resposta obtida foi que o acompanhamento é realizado através de relatórios periódicos gerados pela contabilidade do município.

Em março de 2015, aparecem relatórios e pareceres sobre, gestão financeira do exercício de 2014, sobre recursos vinculados da saúde, educação e legislativo municipal, tais como:

- Relatório e parecer sobre a gestão dos recursos vinculados as ações e serviços públicos de saúde;
- Relatório e parecer de contas no legislativo municipal;
- Relatório e parecer sobre aplicação dos recursos vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- MDE.

No final de cada relatório o Controle Interno, apresenta um parecer final ressaltando que a aplicação dos recursos está dentro do previsto pela LRF. Estes relatórios, seguindo membros do Controle Interno são obrigatórios e integram a apresentação do balanço final de cada exercício que é encaminhado ao TCE/RS até a data de 31 de março de cada ano.

Na relação dos trabalhos e atividades realizadas pelo Controle Interno no município de Campos Borges, não identificou-se o efetivo acompanhamento da execução financeira, contábil ou patrimonial. Os técnicos do Controle Interno relataram que acompanham a execução financeira através de relatórios emitidos pela contabilidade, entretanto, não há parecer, relatório de auditoria ou recomendação direcionada ao executivo que expressem os limites de gastos, verificados, por trimestre, semestre ou anual. Estes pareceres poderiam auxiliar o executivo municipal, principalmente a controlar os gastos de acordo com as normas estabelecidas pela LRF. O parecer técnico, sobre aplicação de alguns recursos somente é apresentado no exercício financeiro seguinte, sobre o exercício financeiro passado, para cumprimento de normas estabelecidas pelo TCE/RS. Desta forma, o Controle Interno deixa de atuar como uma unidade de orientação e correção da atividade administrativa.

A Constituição Federal estabelece os percentuais mínimos de gastos dos municípios com saúde e educação, sendo 15% com saúde e 25% com educação, sobre o valor total da arrecadação. Já a Câmara Municipal de vereadores o gasto máximo é de 7% sobre o valor da arrecadação do último exercício. Todos estes limites devem ser cumpridos pelos gestores municipais, caso contrário, poderão sofrer penalidades previstas pela LRF. Os percentuais com Folha de Pagamento são regradados na Lei Orgânica de cada ente e na Constituição Federal e também deverão ser cumpridas para não sofrer as penalidades da LRF.

Na documentação referente aos trabalhos do Controle Interno do Município de Campos Borges no ano de 2015, não foi encontrado nenhum tipo de relatório, especificando como vem acontecendo a aplicação dos recursos do primeiro semestre de 2015 os gastos até o momento, com saúde, educação, folha de pagamento, etc. O Controle Interno não elaborou nenhum relatório sobre valores arrecadados e gastos, empenhados, liquidados, pagos, limites, etc.

j) Principais Limitações

Por último foi perguntado quais eram as principais limitações para o efetivo exercício das atividades do Controle Interno. Os membros responderam que muitas vezes seu trabalho é visto de forma equivocada pelos gestores municipais. Esta é a principal dificuldade encontrada, pois, muitos gestores julgam o trabalho do Controle Interno como um entrave para o desenvolvimento do trabalho administrativo. Contudo, o Controle Interno deveria ser visto como uma central capaz de auxiliar a gestão municipal para administrar sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; publicidade e transparência.

Conforme visto na pesquisa referente a forma de atuação do Controle Interno do Município, os membros deixam algumas falhas ou seja, os membros do Controle Interno não realizam auditorias, não aplicam *Checklist* nos departamentos da administração e isto dificulta a aplicação de medidas preventivas, que possam evitar erros ou falhas. Normalmente os apontamentos surgem sempre posteriores, ou seja, após o cometimento do erro, assim, a

administração pública deixa de tomar medidas preventivas sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

As falhas no atendimento das demandas legais estão sujeitas a apontamentos pelo Controle Externo, Ministério Público e Câmara Municipal de Vereadores. Por isto o trabalho do Controle Interno torna-se importante para auxiliar os gestores públicos, no atendimento das demandas legais.

3.5 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Frente aos trabalhos similares apresentados na seção 2.5, verificou-se que a pesquisa Estudo sobre o controle interno na administração pública do município de Campos Borges/RS com enfoque na lei de responsabilidade fiscal, teve praticamente resultados semelhantes aos obtidos nos trabalhos.

O trabalho sobre a o processo de controle das ações administrativas do Município de Ouro Preto concluiu que as atividades do controle interno contribuem para a eficiência da gestão pública.

Quanto ao estudo de caso realizado na Prefeitura Municipal de Sertão, também foi visualizado a importância do controle interno no município contribuindo para o atendimento de 87% das demandas sobre as leis estudadas.

O estudo realizado com município do Ceará, na região metropolitana de Fortaleza concluiu a ineficiência do controle interno nos municípios pesquisados.

Cada trabalho seguiu uma determinada metodologia, alguns com aprofundamentos mais específicos em determinados assuntos outros não. A pesquisa realizada no município de Campos Borges, avançou em relação aos demais por pesquisar detalhadamente a forma de estruturação e atuação do controle interno e ainda comparar o trabalho realizado para o cumprimento das demandas legais em especial as estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O resultado obtido se assemelha ao trabalho de pesquisa realizado nos municípios do Ceará, onde foi concluído que muito ainda há de ser feito para que realmente o trabalho do controle interno venha a auxiliar os gestores na eficiência das administrações públicas.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com a realização desta pesquisa foi possível conhecer quais são as principais obrigações de um Sistema de Controle Interno para a Gestão Municipal. Assim como permitiu uma visualização de como encontra-se estruturado e atuando o Controle Interno no município de Campos Borges, especialmente no que se refere a forma de geração de informações seguras para auxiliar ou corrigir o trabalho administrativo da gestão municipal.

Todos os municípios são obrigados a implantar sistema de Controle Interno, entretanto, estes não devem ser criados apenas para cumprir normas legais, é preciso que seja estruturado para cumprir sua real função de orientar, corrigir e auxiliar os administradores especialmente no cumprimento dos programas de governo. O acompanhamento da execução financeira trata-se da maior responsabilidade do Controle Interno Municipal, sendo assim, é necessário a qualificação e o conhecimento por parte dos membros técnicos para sua atuação segura, eficiente e capaz de verificar o cumprimento dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e a aplicação dos recursos em conformidade com o orçamento.

4.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Em relação á problemática da pesquisa, o estudo demonstrou qual a situação do Controle Interno na Prefeitura municipal de Campos Borges, assim como evidenciou-se que a forma de trabalho do Controle Interno não permite o controle para o atendimento das demandas legais. No questionário aplicado aos membros do controle interno do município e no estudo sobre as leis que definem a forma de estruturação do CI, pode-se verificar a situação do mesmo e sua forma de trabalho para o atendimento das demandas legais.

No Município de Campos Borges, os membros que estão atuando como Técnicos de Controle Interno foram nomeados a menos de dois anos, sendo que um está no cargo a cerca de um ano e seis meses e o outro a cerca de seis meses, não possuíam experiência alguma em Administração Pública.

Ainda são inúmeras as dificuldades de trabalho no município para responder os reais objetivos do Controle Interno municipal. Os relatórios elaborados são bastante superficiais e não contemplam o controle sobre a aplicação dos recursos públicos. Assim, pode-se perceber que o trabalho do Controle Interno no município não está atendendo, em sua totalidade, as melhores práticas evidenciadas pela legislação vigente, normas técnicas e bases teóricas para a geração de informações seguras no atendimento das demandas legais.

Outro aspecto que foi possível observar é que o município de Campos Borges está pelo menos 10 anos, desde o ano de 2004, promulgando leis de regulamentação do Controle Interno e ainda não conseguiu realizar todas as adequações necessárias para o bom funcionamento desta central. Isto porque muita coisa mudou desde a promulgação da Lei Municipal nº 745/2004, no que tange a forma de estruturação do Controle Interno e até o presente momento não foi criado novo regimento e decreto de aprovação do mesmo, ou revogação dos existentes para a criação de atribuições do cargo.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

Frente a estas questões, pode-se dizer que os objetivos inicialmente propostos foram atingidos. Com relação o primeiro objetivo específico que buscava identificar os controle interno existentes, o mesmo foi alcançado conforme exposto na (p. 21) item 2.2 do trabalho e (p. 37) item 3.2 nesta etapas são abordados conceitos sobre os controles internos existentes a nível Federal e Municipal, de modo específico o controle interno existente no município de Campos Borges é apresentado no item 3.2, assim como sua forma de estruturação do CI.

O segundo objetivo foi atingido ao apresentar as principais demandas legais que devem ser obedecidas pelos gestores públicos na (p. 44) item 3.2.2 nesta etapa foi possível conhecer algumas demandas legais que devem ser obedecidas para o perfeito funcionamento da gestão pública.

O terceiro objetivo tinha como perspectiva comparar o Controle Interno existente com o atendimento as demandas legais, tais questões foram abordadas na (p. 49) item 3.4. Com as respostas obtidas no questionário

aplicado sobre a forma de trabalho do controle interno foi possível verificar como o mesmo está atuando para o atendimento das demandas legais existentes. Nos trabalhos realizados pela controladoria do município são informados os responsáveis pela administração do executivo e do legislativo sobre os erros e falhas nas atividades cotidianas. Estas informações são realizadas pelo SCI por meio de relatórios, pareceres e recomendações, geralmente ligadas a insuficiência de informações que permitam maior transparência pública. São apresentadas sugestões para correção dos erros, sobre trabalhos administrativos diversos, erro já cometidos, não há um trabalho preventivo, apenas corretivo. Ou seja, verificou-se que o Controle Interno possui um plano de trabalho, mas não segue as metas estabelecidas no mesmo, não realiza auditorias, acompanhadas de relatórios e pareceres de setores auditados. Desta forma, não trabalha de forma a auxiliar os gestores municipais no atendimento das demandas legais.

4.3 LIMITAÇÕES

Todo o trabalho de pesquisa deve se considerar algumas limitações, embora seja definido o problema a ser pesquisado, seja buscado referencial teórico capaz de melhor compreender os conceitos que envolvem a pesquisa, sejam adotados métodos julgados adequados para atingir aos objetivos propostos, sempre restam limitações. No desenvolvimento do presente trabalho podem-se considerar certas limitações que acabaram impactando o estudo. Entre elas pode-se citar:

- a) As respostas, descritas pelo Controle Interno foram curtas e sem muito aprofundamento, isto dificultou o trabalho da pesquisadora, que precisou por muitas vezes contatar os responsáveis do Controle Interno para conseguir complementar as informações repassadas através das respostas dos questionários.
- b) Os resultados do presente estudo não podem ser estendidos a outros municípios, seja da região pesquisada ou do Estado do Rio Grande do Sul devido às peculiaridades de cada município e sendo que cada um tem autonomia para criar os cargos de controladora municipal. Cada município

pode definir em lei própria forma de ingresso de servidores, especialização para o cargo, carga horária, remuneração e regimento interno.

c) Esta pesquisa também não aponta caminhos a serem seguidos pela administração municipal de Campos Borges para tornar o trabalho do Controle Interno mais eficiente e capaz de auxiliar na gestão administrativa. As questões apresentadas limitaram-se a fazer uma abordagem sobre a forma de estruturação e análise referente as praticas de atuação da Central de Controle Interno municipal.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISA

Para um trabalho mais detalhado seria interessante, não apenas aplicação de questionário mais o acompanhamento do trabalho diário do controle interno, desta forma, seria possível identificar as próprias dificuldades encontradas pelo CI na sua forma de atuação.

Como sugestão para futuras pesquisas em torno do tema, recomenda-se a aplicação de questionários em municípios da região com características semelhantes ao de Campos Borges para comparar não somente na forma de estruturação como também de atuação. Assim, poder-se-á analisar como está o trabalho das controladorias municipais e se os mesmos estão atendendo a geração de informações para o cumprimento das demandas legais.

Outro ponto interessante que poderia ser abordado em pesquisas futuras seria um estudo sobre os caminhos que as administrações publicas e o próprio controle interno deveria seguir para tornar seu trabalho mais eficiente.

REFERÊNCIAS

AITA, Ana Lúcia Gubiani *et. al.* **Instruções gerais de normatização científica**. 2. ed. Frederico Westphalen: URI, 2006.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceito e aplicações. São Paulo: Atlas, 2000.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceito e aplicações. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1986.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

BETHLEM, Agrícola de Souza. **Estratégia empresarial**: conceitos, processos e administração estratégica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BLEIL, Claudécir; MAUSS, César Volnei; GRADIN, Rauliquenia; POLESE Cecília Maria. Controle interno na administração pública: um estudo de caso na prefeitura municipal de Sertão – RS. 2011. Artigo – Universidade Federal de Sertão/RS. Disponível em: <
http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/tc17_3322651932361.pdf>.
 Acesso em 12 jun. 2015.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL, Constituição Federal 1967.

BRASIL. Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000.

BRASIL. lei complementar 101, de 4 de maio de 2000.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 7ª) Manual de Atividades do Controle Interno/ Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Secretaria de Controle Interno. _ Fortaleza: TRT 7ª Região, 2014. 106 p.: Il.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 745 de 10 de março de 2003.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 1035 de 28 de abril de 2009.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 1.228 de 17 de outubro de 2012.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 1.268 de nove de maio de 2013.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 1.269 de nove de maio de 2013.

CAMPOS BORGES/RS. Lei Municipal nº 1.317 de 25 de abril de 2013.

CAVALCANTE; Danival Sousa; PETER Maria da Glória Arrais; MACHADO; Marcus Vinícius Veras. Organização dos órgãos de controle interno municipal no Estado do Ceará: um estudo na região metropolitana de Fortaleza. 2010 Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em:

<<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ASAA/article/viewFile/1779/1676>>. Acesso em 20 mai. 2015.

CANHA, Calos Augusto. A estrutura do sistema de controle interno do ministério da defesa e sua influencia na avaliação da gestão efetuada pelo TCU. (2004). **Monografia** – Instituto Serzadello Correa. Disponível em: <<http://www.ticonrole.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054606.PDF>>. Acesso em 14 jun. 2015.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CAVALCANTI, André Luiz Cordeiro; PENA, Maurício. **Sistemas de auditoria como ferramenta do controle interno da administração pública**. Fórum de contratação e gestão pública, Belo Horizonte, n. 62, p. 7-15, fev. 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CAVALHEIRO, Jader Branco. FLORES, Paulo Cesar. **A organização do sistema de controle interno municipal**. 4. ed. Porto Alegre: CRC-RS, 2007.

COCHRANE, Teresinha Maria Cavalcanti. A importância do controle interno na administração pública brasileira e a contribuição da Contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da Gestão Pública (2003).

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade – Auditoria Independente – Auditoria Interna** – Perícia Contábil. Porto Alegre: CRCRS: 2003. 272p.

CORRALO, Giovani (org.). *et al.* **Guia do administrador municipal**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

COSTA, Benny kramer; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. **Estratégia: Direcionando negócios e organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. São Paulo: Atlas, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 25ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FINK Roberto Carlos. O sistema de controle interno nos municípios e as condicionantes para o seu efetivo funcionamento. (2008). Disponível em: <
http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/monografias/gestao/O%20SISTEMA%20DE%20CONTROLE%20INTERNO%20NOS%20MUNICIPIOS%20E%20AS%20CONDICIONANTES%20PARA%20O%20SEU%20EFETIVO%20FUNCIONAMENTO.pdf>.

GAJ, Luis. **Administração estratégica**. São Paulo: Ática, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

KALIFE, Marco Aurélio. **Administração pública**: Lei de Responsabilidade Fiscal e a controladoria. In: REVISTA ELETRÔNICA DE CONTABILIDADE, 1, 2004, Santa Maria. UFSM, 2004. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2014.

LARRATÉA, Luiz Carlos Martins. **Diagnóstico da atuação das Unidades de Controle Interno no âmbito dos Municípios Gaúchos** (2008). Curso de especialização em gestão pública e controle externo. Disponível em:<
http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/monografias/gestao/Diagnostico%20da%20atuacao%20das%20Unidades%20de%20Controle%20Interno%20no%20ambito%20dos%20Municipios%20Gauchos.pdf> Acesso em 25 jul. 2015.

LIMA, Gleice Carvalho de. Avaliação dos órgãos de controle interno nos municípios brasileiros: análise a partir dos regulamentos legais (2012). Disponível em:<
<https://www.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/Dissertacoes/gleice%20carvalho.pdf>>. Acesso em 21 jun. 20165.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 7. ed. São Paulo: RT, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Helvética, 1990.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2001.

MOSIMANN, Clara Pellegrino; FISCH, Sílvia. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas Licitações e Contratos: estudos e comentários sobre a Lei 8.666/93 e 8.987/95, a nova modalidade do pregão, impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal*. 9 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria básica**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

RESKE FILHO, Antônio. JACQUES, Elizeu de Albuquerque. MARIAN Paulo David. O controle interno como ferramenta para o sucesso empresarial. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v. 1, n. 3, mar./mai. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda do RS. Grupo de Trabalho. **Sistema de Controle Interno**. Porto Alegre, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2001.

SILVA, Almeny Pereira da. *et al.* (Org). **Sistema de controle interno municipal: noções essenciais**. In: GUIA de orientação aos novos gestores. Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2005.

SOARES, Líria Lara. Características do sistema de controle interno municipal: um estudo na Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/liria-lara-soares.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2015.

SOUZA, CorineSumski de. **O papel do controle interno na gestão dos gastos municipais**. Curitiba: FAE, 2008.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICE A – Questionário aplicado ao Sistema de Controle Interno do
Município de Campos Borges.

APÊNDICE A – Questionário aplicado ao Sistema de Controle Interno do Município de Campos Borges.

Ao Sistema de Controle Interno

Prefeitura Municipal de Campos Borges.

Solicito a colaboração do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campos Borges em minha pesquisa de conclusão do Curso em Ciências Contábeis realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Para isso, peço que responda sinceramente às questões abaixo.

Desde já agradeço.

- Implementação

a. Quando e como foi instituído o Controle Interno no Município de Campos Borges? Tem atuação pautada por Projeto de Lei, com aprovação na Câmara Municipal?
b. O controle Interno tem Regimento?
c. Qual é a denominação do controle interno?
d. Qual o nível hierárquico ele se encontra?
e. Existe previsão orçamentária específica para despesas relacionadas ao controle Interno? Está vinculado ao Gabinete do Prefeito ou alguma secretaria?
f. Qual o número de pessoas que trabalham atualmente no Controle Interno?
g. Os membros do Controle Interno são concursados para o cargo? Qual a Carga Horária?
h. Quanto tempo de atuação? Já possuíam experiências e administração pública?
i. Qual é a formação?
j. Há dedicação total ao CI ou há outras tarefas a serem feitas?

- Atuação

a. Quais são as principais atividades realizadas pelo Controle Interno? Pode ser resumida em pelo menos 10 tópicos Principais? Quais são?
b. Na opinião deste Controle Interno, o mesmo está atuando como ferramenta de auxílio à gestão Municipal?
c. Como é realizado o trabalho do Controle Interno?
d. Existe plano de trabalho?
e. O controle Interno Realiza algum tipo de Checklist? Estes são direcionados

a cada setor ou a cada secretaria?
f. Como são realizadas as auditorias? O controle interno elabora relatório de auditorias?
g. De que modo são realizados apontamento de falhas na administração?
h. A administração procura sanar as falhas apontadas pelo controle interno?
i. Como é acompanhado pelo controle interno a execução fiscal e o cumprimento das normas estabelecidas pela LRF.
j. Quais as principais limitações para o efetivo exercício do Controle Interno?

ANEXOS

ANEXO A – Carta de autorização para coleta de dados Prefeitura Municipal de Campos Borges



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
 CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
 TELEFONE (048) 3721-6344

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A COLETA DADOS

Florianópolis, junho de 2015.

Prezado Sr (a)

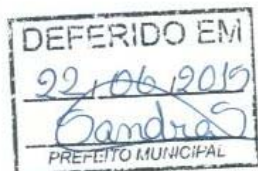
Ao cumprimentá-lo cordialmente apresento a acadêmica **Janinha Fátima da Costa Souza**, aluna regularmente matriculada no 9º período do Curso de Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, que está realizando a pesquisa intitulada *“Estudo sobre o controle interno na administração pública do município de Campos Borges RS com enfoque na responsabilidade fiscal”* como Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de verificar se os procedimentos do controle interno desenvolvidos na Prefeitura Municipal de Campos Borges atendem às demandas para a geração de informações e cumprimento das normas legais. Para tanto, será necessário o acesso a documentos do Controle Interno do Município e a verificação de relatórios capazes de oferecer uma visualização sobre a forma como o Controle Interno vem desenvolvendo seu trabalho.

Na certeza de uma resposta positiva desde já agradecemos.

Atenciosamente

Prof. Dr. Luiz Felipe Ferreira
 Coordenador do Curso de Graduação
 em Ciências Contábeis - EaD

Prof. Dr. Luiz Felipe Ferreira
 Chefe do Depto. de Ciências Contábeis
 CCN/CSE/UFSC



ANEXO B - Plano de Trabalho Controle Interno para exercício 2015.**S.C.I****SISTEMA DE CONTROLE INTERNO****CAMPOS BORGES-RS****PLANO DE TRABALHO****CAMPOS BORGES-RS
2015**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES
Praça 13 de Abril, 302 – CEP 99.435 – 000

1. INTRODUÇÃO

1.1 Finalidades do *Sistema de Controle Interno* (SCI)

- Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.
- Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, bem como a execução de programas do Governo e dos Orçamentos da União.
- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração Federal bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- Exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias bem como os direitos e deveres da união
- Realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da união e das entidades da administração direta e indireta quanto a legalidade, legitimidade, economicidade.

2. GERAÇÃO DE RELATÓRIOS DO SCI

Os relatórios gerados pelo *SCI* contem todas as atividades desenvolvidas no âmbito de fiscalização da gestão Pública, bem como as falhas apontadas nos setores ou unidades de toda a esfera Municipal que foram realizadas durante a fiscalização nos relatórios serão apresentadas as recomendações para corrigir tal apontamento, juntamente com as justificativas elaboradas pelo SCI.



3. QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS

Todos os questionários eletrônicos emitidos pelo TCE-RS são respondidos unicamente pelo técnico SCI obedecendo aos prazos finais de entrega conforme Resolução Nº 936/2012 e Nº 986/2013. As informações para o preenchimento do questionário Eletrônico é solicitadas pelo Técnico do Controle Interno, que juntamente com a unidade administrativa a qual é analisada deverá informar com precisão e comprovação todas as referidas informações solicitadas.

Caso a unidade administrativa ou órgão público a qual foi fiscalizada venha a se recusar a informar os dados para os referidos questionários poderá ser penalizada perante o TCE-RS.

2.2. DAS FISCALIZAÇÕES:

I - DO PERÍODO EM REFERÊNCIA: JANEIRO / JUNHO de 2014 e JULHO / DEZEMBRO 2014.

Nesse período serão relatadas as falhas, apontadas nas fiscalizações do período supracitado, por Órgão/Unidade ou Secretaria, com a seguinte apresentação:

- a) ÓRGÃO/UNIDADE E/OU SECRETARIA FISCALIZADA
- b) FALHA
- c) RESPOSTA
- d) JUSTIFICATIVA
- e) RESULTADO DO CHEK LIST

II - DAS FALHAS APONTADAS:

Nesse item, o Relatório trata das falhas apontadas no período da análise, relatando as medidas tomadas e justificativas pelos Órgãos ou Unidades Administrativas e Secretarias para corrigirem as referidas falhas, com a seguinte apresentação:

- a) CONSTATAÇÃO
- b) RESPOSTA/JUSTIFICATIVA
- c) SUGESTÃO/CORREÇÃO



IV – CONCLUSÃO E PARECER

Aqui constará a conclusão do Técnico do Controle Interno a respeito da análise da Fiscalização realizada juntamente com o parecer sobre os fatos apurados, a partir dos Relatórios de Fiscalização, bem como de eventuais fatos suscitados na reunião com os servidores dos setores.

Parágrafo único - Os relatórios são sempre encaminhados ao Prefeito Municipal para sua ciência e providências. Todos os relatórios e documentação pertinentes as atividades realizadas do SCI ficaram em plena disposição do TCE-RS.

V – METAS PARA O PERÍODO DE 2015 A 2016

Neste período, o Sistema de Controle Interno do Município passa a atuar de forma um pouco mais incisiva na busca da excelência no serviço público municipal. Ressalta-se que todas as unidades da estrutura administrativa receberão a visita oficial do controle interno para a realização de verificação e checar o funcionamento.

No programa de trabalho elaborado para o período o quadro de procedimentos deve conter ao menos as situações já indicadas abaixo, podendo cada item ser subdividido conforme as situações verificadas pelo Controle Interno.

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	
Eficácia da aplicação das políticas de governo	
Estimativas da receita	
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	
Ações e programas do PPA previstos para o período	
Execução Orçamentária	
Realização da Receita e renúncia fiscal	
Medidas para cobrança da Dívida Ativa	
Programação financeira	
Publicidades do RREO	
Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	
Créditos Especiais	
Subvenções Sociais Concedidas	
Propriedade na concessão – Interesse público	
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	
Convênios e Auxílios recebidos	
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	
Obras e Serviços de Engenharia em andamento	
Procedimento licitatório e contrato	
Entrega do objeto do contrato	
Obras e Serviços de Engenharia concluídas	

Procedimento licitatório e contrato	
Entrega do objeto do contrato	
Compras e Serviços	
Procedimentos Licitatórios	
Dispensas de Licitação	
Contratos e Aditivos	
Entrega do Objeto do Contrato	
Conselho de Controle Social do FUNDEB	
Composição (Número de membros e representação)	
Funcionamento – regularidade das reuniões	
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	
Parecer do Conselho sobre as contas	
Conselho de saúde	
Composição (Número de membros e representação)	
Funcionamento – regularidade das reuniões	
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	
Parecer do Conselho sobre as contas	
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da Despesa	
Limite de Gastos (%)	
Publicidade do RGF	
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	
Apropriação contábil da Despesa	
Limite de Gastos (%)	
Publicidade do RGF	
Dívida Consolidada	
Apropriação contábil da Dívida	
Limite da Dívida Consolidada (%)	
Publicidade do RGF	
Limites Constitucionais	
Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental (%)	
Efetividade das Despesas com a Saúde (%)	
Gastos do Poder Legislativo (máximo de 7,00%) (%)	
Folha de pagamento da Câmara (máx. de 70%) (%)	
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	
- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	
- Diário da Contabilidade	
- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	
- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	
- Licitações e Contratos	
- Obras públicas	
- Convênios e Auxílios Recebidos	
- Subvenções e Auxílios Concedidos	
- Lei de Responsabilidade Fiscal	
- Informações Anuais	

VI - CRONOGRAMA ATIVIDADES:

<i>Mês</i>	<i>Secretaria/Departamento</i>	<i>Ação</i>	<i>Verificar</i>
Janeiro	Controle Interno	Elaboração do Plano de Trabalho para o respectivo ano. Início das atividades do SCI	- Setor de Patrimônios Verificar o inventário - Lançamentos e Baixas Comissão de inventario
Janeiro	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social: Divisão de Farmácia	Verificar	- Medicamentos - Validades - Controle de Distribuição - Estoque Medicação - Transporte de pacientes
Janeiro	Controle Interno	Elaboração de relatórios e Sugestões	ARQUIVAMENTO 01
Fevereiro	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social: Divisão CRAS	Verificar	- Concessão dos Auxílios concedidos - alimentação, - beneficiários das oficinas profissionalizantes Verificar livro ponto Funcionários Comissionados
Março	Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social: Divisão de conselho tutelar	Verificar	- viagens - despesas com veículos - atendimentos realizados Plano de trabalho

Março	Controle Interno	Elaboração de relatórios de recomendações e sugestões para autoridade superior competente	ARQUIVAMENTO 02
Abril	Secretaria Municipal da Fazenda divisão de Tesouraria e Tributos.	Verificar E Aplicar	Arrecadação da Receita que compete ao Município - Arrecadação ISSQN - Fechamento de Caixa Atividades da Divisão
Abril	Controle Interno	Elaboração de relatórios	ARQUIVAMENTO 03
Maio	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Verificar	- atas dos conselhos Fundeb conselho educação, - periodicidade das reuniões e relevância - Transporte escolar - aplicação dos recursos financeiros - Livro de registro dos veículos.
Maio	Controle Interno	Elaboração de Relatórios e sugestões	ARQUIVAMENTO 04
Junho	Controle Interno	Parecer Semestral das Atividades do Controle Interno	ARQUIVAMENTO 05
Junho	Câmara Municipal de Vereadores	Verificar	- Concessão de Diárias - Livro das frequências dos vereadores nas




			Sessões
Junho	Câmara Municipal de Vereadores.	Verificar E Aplicar	-Contratos realizados - Despesas da Câmara
Julho	Câmara Municipal de Vereadores.	Verificar	-Dados Patrimoniais
Auditoria Julho	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e secretaria da fazenda	Verificar	Licitações Processos licitatórios Empenhos Inexigibilidade Dispensa Contratos terceirizados Termos aditivos Ficha Razão credores e documentação Transferência de recursos por convênios Normativos, leis Subvenções
Julho	Controle Interno	Elaboração de Relatórios Semestral	ARQUIVAMENTO 06
Auditoria Agosto	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento: Departamento pessoal	Verificar e Aplicar	- folha de pagamento Contratação por tempo determinado Nomeações (efetivo e comissão) Licenças, afastamentos e férias, Gratificações pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade.



Setembro	Controle Interno	Elaboração de relatórios	ARQUIVAMENTO 07
Setembro	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – Gabinete do Secretário	Verificar	- Convênios -auxílios concedidos - Acompanhamento das Metas Fiscais (LDO)(Loa)
Setembro	Secretaria Mun. De Infra-Estrutura e Meio Ambiente: divisão da frota de veículos	Verificar	- controle dos lançamentos de despesas por veículo no sistema frota e gastos individualizados -Cadernetas de controle dos veículos Consistência dos dados
Outubro	Secretaria Mun. De Infra-Estrutura e Meio Ambiente, divisão de posto de abastecimento e britador	Verificar	- sistema de abastecimento de veículos -controle de estoque de combustível - Cadenetas de controle dos maquinários
Outubro	Prestação de Contas	Verificar	Prestações de contas Aplicações dos recursos federais Contrapartida do município
Novembro	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: divisão da patrulha agrícola	Verificar	- Controle de serviços - desenvolvimento do programa de Atendimento com serviços Controle de ligação

Dezembro	Gabinete do Prefeito Municipal: Recepção e departamento de limpeza	Verificar E Aplicação	- Controle de estoque de materiais para limpeza
Dezembro	Controle interno	Elaboração e arquivamentos	-relatórios expedidos pelas secretarias municipais
Dezembro	Secretaria Municipal da fazenda: divisão de tesouraria	Verificação	-Restos a pagar -Tributos ISS ISQN -INSS -Pagamentos de empenhos por credores
Dezembro	Controle Interno	Arquivamento E Revisões	ARQUIVAMENTO 09

Campos Borges, 20 Janeiro de 2015



Jefferson Faccin
Técnico do Controle Interno